

LAURO JOSÉ SIQUEIRA BALDINI

A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA
INTERPRETADA, DEFINIDA, COMENTADA E
EXEMPLIFICADA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ENI DE LOURDES PUCCINELLI ORLANDI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem – IEL

CAMPINAS, FEVEREIRO DE 1999.

Lauro José Siqueira Baldini

A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA
INTERPRETADA, DEFINIDA, COMENTADA E
EXEMPLIFICADA

Dissertação apresentada ao Curso de
Lingüística do Instituto de Estudos
da Linguagem da Universidade Esta-
dual de Campinas como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Lingüística

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eni de
Lourdes Puccinelli Orlandi

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
1999



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	B193n
V.	
TOMADA	38244
PRIMEIRO	229/99
	X
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	10/08/99
N.º CPD	

CM-00134250-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

B193n Baldini, Lauro José Siqueira
A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada / Lauro José Siqueira Baldini. - -
Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Eni Puccinelli Orlandi
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Lingüística – história. 2. Gramática comparada e geral – história.
3. Análise do discurso. 4. Livros didáticos. I. Orlandi, Eni Puccinelli.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

Prof.^a. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi - Orientadora

Prof. Dr. José Horta Nunes

Prof.^a. Dra. Suzy Lagazzi Rodrigues

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por LAUDO JOSÉ
SILVEIRA BALDINI
e aprovada pela Comissão Julgadora em
22/02/99.
Dr. ENI DE LOURDES P. ORLANDI

Campinas, 22 de fevereiro de 1999.

*A Rosalva Célia Siqueira Balotta,
por tudo que fez e tem feito por mim.*

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr.^a Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, pela orientação segura e constante, pelo respeito e consideração a meu trabalho em todos os momentos, e, sobretudo, pela amizade e companheirismo;

Ao Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, cujos conhecimentos da História da Gramática e da Linguística me foram imprescindíveis, pela solicitude em me esclarecer e ajudar sempre que consultado, pelo bom-humor e paciência;

A Sheila Elias de Oliveira, pela relação pessoal e teórica feita de muito respeito e carinho;

A Ana Elisa Leite Ribeiro, amiga das Minas Gerais, por tudo – principalmente pela amizade serena e confiante;

A Cecília Ribeiro do Valle, Elias José e Ailton Paulino dos Santos, meus professores e, mais que isso, amigos, a quem devo a formação inicial sem a qual não teria sido possível ingressar na UNICAMP;

Ao pessoal do Laboratório de Estudos Urbanos, em especial Cláudia Regina Castelanos Pfeiffer;

À Prof^a. Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite, pelas trocas de idéias a respeito da Psicanálise e sua relação com a Análise do Discurso, através das quais esclareci muitos conceitos;

À Maria das Neves Kruger e José Ferrari Neto, da Universidade Católica de Petrópolis, pela simpatia e profissionalismo com que me possibilitaram o acesso ao arquivo pessoal do Prof. Mattoso Câmara Jr.;

À Profa. Dra. Bethânia Sampaio Corrêa Mariani, pela gentileza e amizade;

A Rosemeire Marcelino, pelos tantos atendimentos, no IEL, no LABEURB, enfim, por ter me auxiliado a entender os “trâmites burocráticos”;

A Cristina, minha mãe, e a minhas meninas, Camila e Paulinha, pelo amor, pelo carinho, por tudo...

A meus tios, tias e primos, ao Roberto, pela torcida...

A Paulo Roberto Siqueira, mais “pai” que “tio”...

A Silvana Sabbag, pela “morada”...

Finalmente, a CAPES, pelo apoio financeiro que me possibilitou dedicação integral ao curso de mestrado.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. LÍNGUA E HISTÓRIA.....	13
2.1 A QUESTÃO DO SUJEITO	19
2.2 A INTERPRETAÇÃO E O SILÊNCIO.....	26
2.3 A FUNÇÃO-AUTOR.....	33
3 A ANÁLISE.....	38
3.1 A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA	40
3.2 ESTADO E POLÍTICA LINGÜÍSTICA.....	53
3.3 OS NOMES E AS COISAS	58
3.4 AS NOMENCLATURAS E DICIONÁRIOS ANTERIORES À NGB.....	60
3.4.1 O DICIONARIO GRAMMATICAL PORTUGUEZ DE J. A. PASSOS (1865)	62
3.4.2 O DICIONARIO GRAMMATICAL DE FELISBERTO CARVALHO (1886)	65
3.4.3 O DICIONARIO GRAMMATICAL DE JOÃO RIBEIRO (1889).....	66
3.4.4 O LEXICO GRAMMATICAL DE FIRMINO COSTA (1934).....	71
3.4.5 O LÉXICO DE NGB DE ANTENOR NASCENTES (1946).....	73
3.4.6 O DICIONÁRIO DE FATOS GRAMATICAIIS DE MATTOSO CÂMARA (1956).....	74
3.4.7 ENTRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	77
3.5 A GRAMÁTICA BRASILEIRA APÓS A NGB.....	79
4 A GRAMÁTICA POSSÍVEL.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
ANEXO (NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA).....	95
ABSTRACT.....	107
BIBLIOGRAFIA.....	109

RESUMO

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) é uma iniciativa oficial do Estado brasileiro para estabelecer uma terminologia única para as gramáticas, publicada pelo Ministério da Educação em 1959. Neste trabalho, analisaremos, filiando-nos à Análise do Discurso de linha francesa, o discurso da NGB, procurando mostrar suas filiações no contexto da gramatização brasileira.

Na primeira parte do trabalho, procuramos explicitar de modo sucinto a teoria a que nos filiamos, relacionando conceitos fundamentais desta e apresentando suas definições. Na segunda parte, apresentamos o trabalho de análise que empreendemos sobre a NGB, utilizando como suporte teórico as noções desenvolvidas na primeira parte.

Tendo isso em vista, nossa preocupação principal foi a de mostrar que a NGB já é um parte de um processo bastante específico da gramatização brasileira que se inicia no século passado e, além disso, a de indicar de que modo essa mesma gramatização se encontra alterada após a implementação da NGB. Por isso, dedicamos uma parte do trabalho a análise de dicionários e léxicos gramaticais existentes anteriormente à NGB, e uma outra parte à análise de como o funcionamento discursivo das gramáticas se relaciona com esses instrumentos.

De nosso ponto de vista, a NGB é um instrumento lingüístico e discursivo sem precedentes na história da gramatização brasileira. Ela se assemelha a obras anteriores, mas ao mesmo tempo apresenta diferenças essenciais, o que nos levou a considerá-la como um marco fundamental na história dos estudos lingüísticos brasileiros, pelo modo como altera a função e o saber do gramático. Para compreender esse processo, o conceito de *autoria*, ela-

borado por Foucault e repensado no interior da Análise do Discurso, foi de extrema importância e é em torno dessa noção que procuramos analisar a nomenclatura.

Assim, na análise das obras que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, investimos essencialmente na compreensão dos mecanismos pelos quais tanto as obras anteriores a NGB como esta própria definem e hierarquizam as diferentes formas de se abordar o fenômeno lingüístico, segundo a maneira como a autoria se estabelece nesses diferentes domínios. Nesse sentido, procuramos explicitar de que modo as diferentes maneiras de se estabelecer a autoria nos estudos sobre a linguagem está relacionada aos diferentes momentos históricos em que se põe a questão da terminologia gramatical.

Finalmente, levantamos alguns subsídios para uma discussão mais aprofundada da relação existente entre as gramáticas e o Estado, e entre a Lingüística e a Gramática.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Lingüística – História. 2. Gramática comparada e geral – História. 3. Análise do Discurso. 4. Livros Didáticos.

1. INTRODUÇÃO

A história deste trabalho começa há muito tempo: começa antes que eu soubesse que um dia havia de escrevê-lo como uma dissertação. De fato, a história deste trabalho tem seu início na figura de uma sigla bastante presente ainda hoje nas aulas de língua portuguesa... a NGB.

Desde os tempos de garoto, aprendendo os rudimentos da gramática, já ouvia a sigla que delimitava o que era e o que não era preciso saber. “Isso não consta da NGB”, “a NGB não reconhece este tipo de oração”, entre outras, eram as frases que se ouviam (e se ouvem) nas aulas de gramática. Embora eu não soubesse exatamente o que esse conjunto de letras significava, entendia muito bem sua força invisível – tudo o que era dito em sala de aula era dito em referência a ela.

Mas nem sempre. Havia uma forma mais insidiosa de essa sigla pairar sobre os estudos de gramática do português: ela simplesmente não era mencionada, não se sabia dela... para todos os efeitos, ela não existia. E então o estudo da gramática nada mais era que a exposição de um saber que se originava não se sabe onde, e que se mantinha não se sabe como, mas que estava lá, como se fosse a expressão exata de tudo que há na língua.

Mais tarde, já na graduação, pude notar que, mencionada ou não, tudo o que eu sabia de gramática das aulas do colégio era a NGB. Foi então que minha inquietação, agora a inquietação de um “graduando”, me fez ir até a NGB em si mesma. O que poderia ser aquela sigla de que agora eu já sabia o nome? Imaginava um alfarrábio respeitoso, em volumes anciãos e eruditos, um tesouro guardado em algum lugar e do qual agora eu poderia perscrutar os mais diversos mistérios.

Se eu não a havia procurado antes, possivelmente isso se dava em razão de meu medo do baú que guardava aquela preciosidade segura (posto que guia) e ausente. O que poderia um simples estudante ginásial, ou colegial, indagar daquele objeto? Depois, já munido dos conhecimentos científicos das Letras, parecia-me finalmente a hora de enfrentar o dragão... conhecê-lo, pelo menos.

Encontrei-a num canto de biblioteca, esquecida, desimportante. O nome figurava em letras grandes: Nomenclatura Gramatical Brasileira. Mas longe de ser a enciclopédia que me dava a direção e que agora eu iria ver em toda sua magnitude, era um magro livreto de 29 páginas, repleto de nomes. Nenhum discurso imperial, nenhuma folha escrita a ouro. Apenas uma coleção de nomes, estruturados numa certa ordem, como uma receita de bolo. Evidente que me decepcionei. Não conseguia imaginar como aquela simples árvore taxônomica poderia ser a “Gramática”.

Havia uma portaria concisa, assinada pelo Ministro da Educação, e a recomendação de que fosse adotada nas atividades pedagógicas e nos exames de português. Em seguida, uma apresentação, também breve, feita pelo Diretor do Ensino Secundário. O nome dos membros da comissão, um ofício elogioso ao Ministro dando-lhe a conhecer o trabalho, e... nomes.

É certo que a decepção não durou muito, pois se o aspecto do material não me satisfazia as expectativas, ainda havia sua importância indiscutível. Outro desconcerto, porém, veio tomar o lugar da decepção que havia se instalado. Como “estudar” aquilo? O que poderia ser dito a respeito daquele volume subnutrido e de ar indiferente? Que tipo de análise poderia empreender para restabelecer, de modo visível, a relação entre aquelas folhas classi-

ficatórias e toda a atividade do professor de português na sala de aula? Poderia, é claro, indagar as páginas iniciais, e, delas, chegar a outras, refazendo o percurso da nomenclatura desde a comissão elaboradora até o Ministério da Educação, e de lá até as escolas. Enfim, eu poderia fazer aquilo que Foucault (1987:7) diz a respeito do método tradicional em História:

“(...) desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamo-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito poderiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento era sempre tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável”.

Uma tarefa dessa natureza não é certamente inútil; poderíamos enfim observar os movimentos que constituíram a NGB, as vozes que falavam nela, suas supostas intenções (e os resultados fatídicos dessas), o que havia ficado de tudo isso e o que havia perecido ao tempo. Aquele elenco de nomes poderia ver-se por detrás, revelando as mãos que os haviam escrito ali, as divergências de trabalho, em suma: obteríamos os documentos que compunham a NGB. Saberíamos de que peças se montava aquele quebra-cabeças sem força aparente.

Deixaríamos de lado, é claro, a linguagem: os textos seriam apenas fontes de informação que nos permitiriam reproduzir os acontecimentos passados e já esquecidos, talvez até por seus protagonistas. Depois do exame da linguagem, finalmente chegaríamos ao que importava: o que estava por trás dela, toda a encenação, os atores, seus lugares, as falas que

se lhes atribuíam. Aberta a cortina, poderíamos ver toda a peça, desde seu início. O preço a pagar não é difícil de discernir: *“Os textos de arquivo são fontes que permitem, por uma organização apropriada, o conhecimento do referente, das estruturas sociais. Nenhuma teoria do texto, da leitura. Sua decodificação repousa sobre o postulado da evidência, da transparência do sentido. O sentido já está lá”* (Régine Robin, citada por Pêcheux, 1994:65). De modo que, por negar qualquer trabalho quanto à constituição do sentido, colocar-nos-íamos na perspectiva do sentido tomado como produto, o que equivale a não pensar a relação entre a linguagem e o mundo, mas apenas indicar o mundo que a linguagem esconde (ou mostra falsamente) em seus códigos – usados por nós. Entre o mundo e a linguagem, apenas uma tênue névoa que, se por um lado era o que fazia os objetos indistintos, por outro era facilmente dissolvida e permitia ao olhar a visão plena das coisas que compõem a paisagem.

Porém, nosso interesse era precisamente a linguagem: afinal, formamo-nos para isso – somos graduados em Letras. Mas que mágicas de sintaxe revelar naqueles nomes, que arranjos de morfologia, que sutilezas fonéticas? Se todas essas ordens do sistema apenas encobriam o que estava em outro lugar e não se submetia a elas – e, mais que isso, determinava-as, parecia claro então que o menos interessante eram justamente as *letras*. Não havia de ser esse o caminho; o caminho havia de ser o da significação. Indagar o significado daquilo tudo era a maneira de trabalhar aqueles textos sem esquecer a questão da linguagem.

Todavia, e paradoxalmente, chegava-se ao mesmo lugar: o significado era apenas um porta, talvez até incômoda e desnecessária, para que se pudesse chegar aos fatos, aos homens, ao drama que se desenrolava além das páginas. Assim, dois caminhos extremos e ao mesmo tempo semelhantes – num, a linguagem era vista apenas como um reflexo ou

invólucro da realidade, que bastaria decodificar para se chegar à verdade dos fatos – ou à mentira do texto; noutro, a linguagem era posta em primeiro plano, mas apenas e tão-somente para que revelasse também a existência do que estava fora dela e que não lhe pertencia a não ser como conteúdo.

Ou língua, ou história. Para não perder nenhum dos termos da relação, que poderia ser feito? Como relacioná-los, sem contudo perdê-los um no outro, sem absorção de cada um pelo seu par... A resposta a essa questão só poderia ser respondida se alterássemos não o modo de formulá-la, mas o entendimento dos componentes da pergunta. O que é a língua, e o que é a história? Através desses questionamentos chegamos à Análise do Discurso.

2. LÍNGUA E HISTÓRIA

A problemática que instaura a Análise do Discurso pode ser colocada de modo bastante claro: perceber a relação que se dá entre ordens diferentes do real; no caso, a ordem da língua e o exterior que a constitui. Milner, citado por Haroche (1992:15), fala da relação entre a língua e esse “de fora” que está imbricado nela: *“Que tais determinações existem, ninguém duvida, e a questão que elas suscitam é certamente importante: seria de fato crucial para a lingüística determinar de que maneira seu objeto se especifica frente às causas que o constroem”*. Ou Pêcheux (1995:88): *“se a Lingüística é solicitada a respeito deste ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio*

(em sua prática específica), ela encontra, de certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito”.

Essas considerações mostram que, mais do que possível, é necessário colocar-se a questão da relação entre exterior e linguagem em qualquer pesquisa lingüística. Isso pode se dar de variadas maneiras, e não pretendo expô-las aqui. Para meus objetivos nesta pesquisa, basta saber que quaisquer desses modos de colocação do problema levantam complicações na definição do que seja uma língua. Saussure certamente foi um dos primeiros a perceber que confrontar a linguagem com seus limites é definir de que modo esses limites se sustentam em relação ao “resto” que lhes fica à margem.

Diante disso, a Análise do Discurso de Linha Francesa, daqui em diante AD, não hesitou em tomar partido. Sua fecundidade advém sobretudo do fato de que, para a AD, a questão não está nem em atribuir à língua primazia sobre todos os outros fatores que possam ser analisáveis, nem em fazer do exterior (seja ele visto em termos econômicos, ideológicos, empíricos) um determinante da língua de modo imediato. O processo entre a linguagem e seu exterior é sempre mediado: *“não só não existe relação termo-a-termo entre a linguagem e o mundo como também não existe relação termo-a-termo entre os textos que são materiais de análise e os resultados dela”* (Orlandi, 1996:62). De fato, ao propor o conceito “discurso” (e não língua, ou fala), a AD opera um deslocamento fundamental. Não pretendemos elidir aqui todos os problemas técnicos e teóricos em que se vê imersa a Análise do Discurso. De fato, o campo não é homogêneo nem formado definitivamente, bastando ao analista operar com os conceitos preestabelecidos e daí retirar conclusões forçosamente idênticas, caso outro analista se ocupasse do mesmo material. Pelo contrário, o próprio modo como a Análise do Discurso se constituiu (não só na França, mas principalmente

no Brasil) e suas proposições de base impedem qualquer tentativa de transformá-la numa pura metodologia, sem qualquer vínculo com a Ética ou a Política.

É exatamente o contrário que ocorre: o campo teórico da AD insere-se complexamente na estrutura das ciências, no jogo das políticas, em resumo – fazer AD é instalar-se no lugar ambíguo e contraditório de uma nova forma de ver questões, de saber a língua. No entanto, ressaltar a não-homogeneidade do campo e o caráter inovador de suas proposições não quer dizer que não haja um ponto comum de acordo. A AD, embora tenha um longo caminho a percorrer, já se decidiu quanto às trilhas que deve descobrir. Isso se deve a algumas recusas fundamentais que caracterizam o campo da AD e das quais daremos apenas algumas indicações sumárias, sem pretender esgotar a questão:

- (a) a recusa a qualquer concepção psicologizante de sujeito, que atribua a este total controle e conhecimento de suas “intenções”, “conhecimentos” etc.;
- (b) a recusa a qualquer concepção utilitarista da linguagem, que veja a língua apenas como sistema de signos utilizados na transmissão de informações;
- (c) a recusa a qualquer tentativa de se estabelecer a relação entre fatores lingüísticos e extralingüísticos de modo direto e sem reservas;
- (d) o investimento numa tentativa de determinar a articulação entre a dialética materialista e psicanálise freudiana, recusando a absorção teórica de um campo pelo outro;
- (e) a recusa a qualquer metalinguagem, se pensamos que não há como falar de um lugar outro, fora das determinações e pretensamente neutro – sempre há interpretação.

Assim, embora se possa divergir quanto a este ou aquele ponto específico, a AD se compõe no solo comum da defesa de uma teoria não-subjetivista e materialista, sobre a linguagem e o mundo. Nesse quadro, os conceitos de língua e de história confluem no objeto de análise: o *discurso*. Como Orlandi (1988:17), “*não consideramos a linguagem como dado nem a sociedade como produto; elas se constituem mutuamente. Se assim é, o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz. Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais. (...) Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é lingüística*”. O discurso não é, portanto, o conteúdo da linguagem, nem mesmo o significado mais ou menos recuperável de uma formulação já há muito esquecida. Ele é sempre uma relação, uma vez que “*o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível porque sujeito e sentido se constituem mutuamente (...)*”¹. O objetivo do analista do discurso não seria dessa maneira indagar das formas lingüísticas seu significado, mas sim compreender de que maneira esse significado se dá, compreender o funcionamento das relações que estabelecem os sentidos e que lhes dá a aparência de unívocos, permanentes, perfeitamente adequados ao “real” de que tratam.

Diante disso, podemos definir a língua como estrutura não fechada em si mesma, isto é, como sistema constituído por aquilo que não está nela e todavia a constitui. Como poderia dizer Saussure, a língua tem sua ordem própria, sendo, ao mesmo tempo, “*um todo por si e um princípio de classificação*” (Saussure, 1995:17). No entanto, não é opondo a língua à fala (uma “*manifestação individual e espontânea*” (idem:28)) que queremos nos

¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio: No Movimento dos Sentidos*. Campinas, Editora da

filiar ao genebrino. Para Saussure, o sistema lingüístico é fechado em si mesmo, sendo a fala apenas uma atualização desse sistema pelo indivíduo que o utiliza. De nossa parte, queremos reconhecer justamente sua inovação em conceder à língua uma autonomia específica em relação a quaisquer outros fenômenos, em reconhecer na língua uma materialidade própria, mas nos distanciamos de Saussure ao colocarmos outro objeto de estudo (o discurso), que, por sua vez, faz-nos repensar o estatuto próprio do que seja a “língua”.

Essa “ordem própria” está aberta ao exterior que a constitui: *“a língua é voltada ao equívoco; todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido”* (Pêcheux, 1990). Filiamo-nos, portanto, a uma noção de língua que reconhece a incompletude como constitutiva. O sistema não é fechado, pois para significar a língua se volta para o exterior, expondo-se ao equívoco: *“os sentidos ambíguos, a apreensão de equívocos na fala não podem ser imputados a problemas episódicos de interpretação, mas sim a condições estruturantes da própria língua”*². Assim, os “erros”, as “incompreensões” não são fruto do “mau” uso da língua, mas revelam que faz parte de sua ordem própria expor-se à história e, com isso, aos “desentendimentos”...

A história, por sua vez, não é vista como algo que se acrescenta à língua, nem como uma sucessão de eventos em ordem cronológica. Como Henry (1994:52), consideramos que *“não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso”*. O histórico não é, então, o momentâneo, o individual, o acessório. Assim como a

UNICAMP, 3ª edição, 1995, pág. 20.

língua, a história tem sua ordem própria; reconhecer essa ordem e trabalhá-la na conjunção com a ordem própria da língua, eis a tarefa da AD. Para isso, a emergência do conceito de “discurso”. O discurso é o lugar em que se dá a confluência entre essas ordens de real, o espaço em que jogam a estrutura (a língua) e o acontecimento (a história). Reconhece-se o lugar da *base lingüística*, ou seja, reconhece-se a existência de uma estrutura dotada de autonomia relativa, submetida a suas próprias leis... que, por sua vez, é o lugar em que se desenvolvem *processos discursivos* diferenciados (Pêcheux, 1995:91). E este processo não é a “utilização” individual da língua pelo sujeito (voltaríamos à dicotomia língua / fala, ao exterior enquanto acessório e ao sujeito enquanto senhor de suas vontades). Este processo se inscreve numa relação que é desde sempre ideológica e não individual: “*os fatos de sentido da ordem do discurso não são remissíveis ao discurso de um sujeito, nem mesmo aos de vários conjuntos para fazer uma espécie de ‘sujeito médio’, mas a ‘formações discursivas’ que não têm realidade no nível do indivíduo, senão pelo fato de que elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido*” (Henry, 1993:162).

Desse modo, chegamos ao problema da significação enquanto problema teórico da AD. Uma vez que as considerações acima nos permitem dizer que o significado de uma frase (seu sentido) não está preso à literalidade das formas lingüísticas nem à espontaneidade da vontade do sujeito, é preciso fazer operar outros conceitos que avançam a questão. Veremos isso em pormenor mais adiante.

² FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco*. Tese de Doutorado, IEL – UNICAMP, 1994, pág. 15.

2.1 A QUESTÃO DO SUJEITO

Não há forma mais contundente de aborrecer alguém que questionar uma evidência. Em geral, a posição do questionador é tomada como uma derivação da mais estúpida teimosia, que insiste em não ver os fatos a sua frente. Num momento em que a configuração dominante nas ciências é a do neopositivismo³, questionar evidências é de certo modo “dar o rosto a tapas”. O que a AD preconiza, acima de tudo, é justamente problematizar a questão das evidências - em essencial, a questão da evidência do sujeito e da transparência da linguagem.

Justamente por apresentar-se como evidente, o termo “sujeito” é ambíguo e de difícil definição. Pode significar a “pessoa”, aquele que fala, ou, em termos gramaticais, aquele de quem se fala. De qualquer modo, trata-se sempre de nomear o “ser”. Ser tomado como indivisível, senhor de seus atos e vontades, estrategista. O funcionamento dessa evidência mascara um processo bastante complexo de identificações, em que o indivíduo é interpelado em sujeito. A evidência de que “eu sou eu”, de que “sei do que falo”, de que “digo isso com a intenção x”, enfim, a evidência de que posso estender à minha frente meus atos e inseri-los numa rede causal comandada por minha consciência – este é o efeito elementar e menos percebido da evidência do sujeito:

“Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência

³ Por Neopositivismo entendemos as concepções científicas que retomam, a seu modo, temas fundamentais do Positivismo, tais como a separação radical entre Ciência e Ideologia, a neutralidade científica, a negação da interpretação, enfim, tudo aquilo que Althusser chama de “configuração empirista do conhecimento” em sua releitura da distinção marxista entre objeto-real / objeto-de-conhecimento.

da linguagem), a evidência de que eu e você somos sujeitos – e até aí não há nenhum problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.” (Althusser, 1974:36)

Esse “efeito ideológico elementar” é histórico. As formas em que se dá esse efeito variam ao longo da história e se relacionam com os mecanismos pelos quais os aparelhos de poder individualizam, tornam discerníveis, controláveis e, ao mesmo tempo, “livres”, os indivíduos. O próprio sentido da palavra “sujeito”, ao longo do tempo, reflete mudanças nessa maneira de os indivíduos se constituírem como sujeitos em sua relação com a linguagem, como mostra Haroche (1992). Na modernidade, segundo a mesma autora, à determinação religiosa contrapõe-se o assujeitamento ideológico. A submissão do homem a Deus dá lugar à sua submissão ao Estado, ao logicismo jurídico. Essa subordinação, entretanto, fica menos visível porque se sustenta na idéia de um sujeito livre, determinado por suas próprias vontades. Nesse sentido, o modo de se relacionar do sujeito relativamente à língua é correspondente à forma de assujeitamento aos aparelhos de poder predominantes em diferentes momentos da história e pode ser apreendida na relação da língua com a história no objeto de análise: o discurso.

Ao admitirmos a relação da língua com a história na constituição do discurso, e não a dicotomia língua / fala, assumimos que *“a discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de*

fala⁴". Desse modo, ao recusar a distinção língua/fala e introduzir a divisão língua/discurso Pêcheux também recusa a concepção que separa na língua o social e na fala o individual.

Mais além, a proposta de Pêcheux também tem o mérito de assegurar que o método a ser utilizado não seja uma "lingüística aplicada". Para ele, um discurso não pode ser analisado como um texto fechado, pois o funcionamento de um discurso não é integralmente lingüístico. Dessa maneira, a proposta de Pêcheux se situa na confluência daquilo que chamamos Ciências Sociais, ou Ciências Humanas, sem se restringir a nenhuma delas em particular. Se para as Ciências Sociais a linguagem conta pouco, ou serve apenas de passagem, e se para a Lingüística o exterior é sempre um acréscimo (nunca constitutivo), a AD trabalha justamente nessa relação dos entremeios entre essas disciplinas.

É assim que Pêcheux poderá inserir o conceito proposto por Paul Henry: o pré-construído: "*não deveríamos (...) considerar que há separação, distância, discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?*"⁵. O pré-construído, longe de ser apenas um conceito técnico que viria a substituir o pressuposto, é fruto de uma posição epistemológica materialista em ciência. Ao assumir o primado do ser sobre o pensamento, assume-se, por conseguinte, a divisão do sujeito. O real existe fora do pensamento e independentemente dele, mas o pensamento depende do real. Essa dissimetria "*indica, de saída, que não estamos diante de duas 'regiões', o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões contém a outra, e em que condições (e em que espaço) se pode fazê-las coincidir. Essa não-simetria designa na verdade 'o primado do ser sobre o pensamento', na medida em que o*

⁴ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2ª edição, 1995, pág. 91.

*real como necessário (a 'necessidade real') determina o real como pensamento (a 'necessidade pensada') e isso como se se tratasse da mesma necessidade*⁶”. Essa tomada de posição implica, nos estudos da linguagem, em considerar a exterioridade como constitutiva, uma vez que “*as modalidades histórico-materiais sob as quais 'o real determina as formas de existência do pensamento' são, elas mesmas, determinadas pelo conjunto das relações econômicas, políticas e ideológicas, tal como existem em um ou outro momento histórico, isto é, tal como a luta de classes, que as atravessa sob diversas formas, as organiza*”⁷”.

Os deslocamentos produzidos pelas considerações acima demandam a elaboração de conceitos teórico-metodológicos que sustentam os postulados básicos. Explicitaremos aqui as noções de *formação ideológica, formação discursiva e interdiscurso*, tal como as entendemos.

Partindo do princípio de que não há discurso sem sujeito, e de que não há sujeito se não sob uma ideologia, as formações ideológicas se caracterizam por fornecer as evidências “*pelas quais 'todo o mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem', e que mascaram assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados*” (Pêcheux, 1995:160). Dessa maneira, em vez de considerar o sentido como derivado de propriedades intrínsecas das palavras, expressões, etc., considera-se que o sentido é, ao contrário, um efeito produzido pela relação existente entre essas formas e as formações ideológicas que as sustentam. Quanto à ideologia, como Orlandi (1996), nós a considera-

⁵ Idem, pág. 99.

⁶ Idem, pág. 255.

mos como o mecanismo inconsciente que produz as evidências dos sentidos. Desse modo, não é o sentido *x* que é ideológico (e, em oposição a ele, um sentido *y* que não o seria) mas o mecanismo de se produzir o sentido *x*, e, concomitantemente, negar essa própria produção, literalizando o sentido, como se ele estivesse na palavra e não fosse uma construção. Toda produção de evidência, toda produção de sentido é ideológica na medida em que “fabricam” efeitos de literalidade, apagando o processo histórico próprio de sua constituição. É isso que se deve entender quando Althusser diz: “*a ideologia não tem exterior (a ela)*”, isto é, nunca se está fora da ideologia⁸.

As formações discursivas, por sua vez, representam aquilo que, inserido numa formação ideológica dada, “*determina o que pode e deve ser dito*” (ibid.). Assim, o indivíduo, ao ocupar o espaço de uma formação ideológica, é interpelado em sujeito do discurso que representa esta formação em uma formação discursiva. As FD’s podem, então, ser definidas como “*espaço de reformulação-paráfrase, onde é determinado o que pode e deve ser dito em uma situação dada, de uma conjuntura sócio-histórico determinada*” (Serrani, 1991:117), entendida a paráfrase não como uma relação de sinonímia entre formas lingüisticamente diversas, mas como uma *ressonância de significação* (ibid.). Pode-se identificar uma paráfrase sempre que, entre duas unidades lingüísticas, houver uma *ressonância interdiscursiva* que constrói a evidência de um sentido. Essa noção de paráfrase nos parece adequada pois permite inserir o sujeito na própria conceituação do fenômeno, como defende a autora (Serrani, ibid.). Essas unidades ressoam sempre para um interlocutor dado, seja ele uma projeção no discurso (no sentido de um interlocutor forjado imaginariamente no dis-

⁷ Idem, ibidem.

⁸ Sem que se entenda aí que só há uma ideologia. Seguramente há a dominante, mas há diferentes posições ideológicas a serem assumidas. A questão é que o exterior de toda ideologia é outra ideologia (Henry, 1993).

curso – imagem que “eu” faço do “outro” que me ouve, imagem que faço da imagem que esse outro tem de mim – e que determina o quadro das “estratégias”), seja ele o lugar da forma- sujeito de um discurso determinado, tal como definimos mais acima na relação FI x FD. Esse jogo e essa relação são exemplificados no funcionamento daquilo que Pêcheux (1969) chamou de esquecimentos ns.º 1 e 2. O esquecimento nº 1 como o fato de que o sujeito “esquece” que não pode se encontrar no exterior da FD que o determina, concebendo a si mesmo como origem de seu discurso. Por ser um funcionamento inconsciente, é precisamente o tipo de funcionamento em que o sujeito se constitui enquanto tal. O esquecimento nº 2, por sua vez, caracteriza-se por um funcionamento do tipo pré-consciente, em que o sujeito seleciona, recorta, distribui, no interior da formação discursiva que o determina, “*um enunciado, forma ou seqüência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*”⁹. O esquecimento nº 2 dá ao sujeito a ilusão de que suas palavras correspondem à realidade, que são expressões objetivas de um real. A combinatória desses 2 tipos de esquecimento na forma-sujeito do discurso faz com que o esquecimento nº 1 seja mascarado pelo funcionamento do esquecimento nº 2, pelo que o sujeito tem a impressão de domínio sobre seu discurso, colocando-se como origem do dizer.

Essa *ressonância* acontece no *interdiscurso*, definido como o “*conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido*”¹⁰. Assim, ele representa, para o sujeito, “*séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória*”¹¹ que constituem a exterioridade do discurso. Ao falar, o sujeito

⁹ Pêcheux, Op. Cit., pág. 173.

¹⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit., pág. 89.

¹¹ Idem, pág. 90.

precisa se situar nesse domínio do já-dito, deslocando-o, deslizando sua rede, em uma palavra: resignificando. Como diria Pêcheux (1990:56), “*só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço*” (grifos nossos).

Esse trabalho de filiação e deslocamento se dá na relação entre as duas ordens de real de que vimos falando: o real da língua e o real da história (o interdiscurso). O interdiscurso, na forma da memória, fornece ao sujeito as evidências nas quais esse constrói sua “realidade”. Assim, o interdiscurso é o sentido preexistente ao sujeito que sustenta o próprio sentido que o sujeito pensa dar a suas próprias palavras. É o sentido “já-lá”, anterior ao sujeito e no qual ele irá se situar historicamente.

Cabe também dizer que o interdiscurso não é o conjunto das várias possibilidades de sentido. No interdiscurso não se encontram os vários sentidos possíveis para x , mas o sentido de x historicamente determinado (mesmo porque x poderia ter qualquer sentido; não o tem justamente porque há determinações históricas que o impedem). Não é, portanto, um espaço constituído de várias significações possíveis das quais o sujeito poderia escolher uma que lhe aprovesse; pelo contrário, é o espaço de fixidez, de literalização do sentido, no qual o sujeito irá ter que se constituir, mesmo que para deslocá-lo. O que mostra que o sentido literal é, ele mesmo, um efeito do interdiscurso, um produto da história.

Para precisar melhor o que dissemos acima, retomamos Guimarães (1995:66), quando esse autor diz que “*todo discurso é um trabalho sobre outros discursos*”. Desse modo, o

que constitui a particularidade de todo discurso é sua relação com os outros discursos. Não é em si que todo discurso se constitui, mas precisamente nessa relação que estabelece com outros dizeres. O interdiscurso é, assim, esse espaço múltiplo que aparece como exterior ao sujeito, e no qual ele se constitui ao se filiar às diferentes FD's que recortam o interdiscurso e que representam as diferenças sociais, as diferentes posições que pode o sujeito assumir.

Sendo sempre uma relação com outros discursos, o discurso não pode ser considerado um todo fechado e homogêneo de cuja constituição não faz parte a contradição. Como diz Foucault (1969), os discursos são sistemas de dispersão assim como o sujeito. O que dá unidade ao discurso, e ao sujeito, não é uma homogeneidade dos componentes do discurso, nem uma "consciência" que permitiria ao sujeito o controle sobre seu dizer, mas o fato de todo discurso ser uma prática, na qual o sujeito se insere. Prática determinada pela historicidade, pelo exterior da linguagem: o interdiscurso – a memória. O sujeito se constitui filiando-se às diferentes FD's que se abrigam contraditoriamente no interdiscurso.

2.2 A INTERPRETAÇÃO E O SILÊNCIO

~ O funcionamento discursivo que tentamos explicitar acima pode levar o leitor à formulação da seguinte pergunta: se esse funcionamento está presente em toda prática discursiva (se a ideologia não tem exterior), então o analista de discurso também está determinado por esse mesmo funcionamento em sua prática teórica específica? A resposta a essa pergunta só pode ser afirmativa, mas há aí uma diferença fundamental que se instala no

lugar da interpretação e sua relação com o silêncio, no modo como esses conceitos são explorados por Orlandi (1995,1996).

Partiremos do princípio de que *“todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”* (Orlandi, 1995:12). Pode-se, no entanto, atribuir a esse “não-dizer” quase o mesmo estatuto do dizer, com a diferença de que seria um dizer não formulado enquanto tal: o implícito, o dito que se diz, sem dizer. Mas, para além do implícito, todo dizer é uma relação fundamental com o *silêncio*. E o silêncio não se recobre pelo implícito nem é da mesma natureza. O implícito é, de qualquer modo, palavra.

O silêncio, por sua vez, não é palavra, mas sim o que permite que toda palavra seja dita e aquilo que as perpassa mantendo-se enquanto silêncio. Sempre se diz a partir do silêncio (idem:23). É preciso, contudo, evitar considerar o silêncio como o inefável, o sentido místico e transcendental. Na perspectiva que estamos assumindo, o silêncio é o sentido contínuo, a matéria significante por excelência, *“silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido sempre pode ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante”* (idem:14). Nem, de outro modo, o fato físico da ausência de sons: *“evidentemente, não é o silêncio em sua qualidade física de que falamos aqui, mas do silêncio como sentido (...)”* (idem:70). O silêncio como sentido, ou seja, a matéria de onde parte a linguagem, de onde se distancia, instaura outra ordem, sem poder no entanto deixar de abrigá-lo nos espaços entre, sobre, sob e das entidades discretas e sistemáticas da língua. O interdiscurso, como vimos acima, é de fato um laborioso trabalho sobre o silêncio, para que se possa falar.

Segundo a mesma autora, poderíamos reconhecer formas do silêncio do seguinte modo:

- (a) o *silêncio fundador*, esse que inaugura toda linguagem, sentido contínuo e indistinto, significância pura;
- (b) a *política do silêncio*, que abriga uma divisão fundamental: b.1) o *silêncio constitutivo*, isto é, o fato de que dizer é também não dizer (dizer *x* é não dizer *y*) e b.2) o *silêncio local*, que equivale ao domínio da censura (obrigar a dizer *x* para não possibilitar que *y* seja dito, ou, mais fortemente, impedir que se diga *y*).

Se partimos do fato de que toda palavra já é, por sua filiação à memória (ao interdiscurso) um discurso, pode-se então afirmar claramente que o trabalho do silêncio local quanto às palavras (impedir que se diga “*comunismo*”, por exemplo) é um trabalho sobre os discursos, é uma interdição de um discurso. Obrigar a não dizer ou fazer dizer outra coisa é de fato impedir um discurso de instaurar certas posições do sujeito, e, portanto, impedir um discurso de ter sentido.

As considerações acima nos levam a tomar como categóricas demais tanto a afirmação de que a linguagem não tem exterior (ou que seu exterior é apenas outra linguagem) quanto a afirmação de que a linguagem pertence à superestrutura, no sentido marxista desse último termo. O que se deve levar em consideração neste ponto é que, na relação do sujeito com a língua, não é o exterior empírico que conta (posição social do indivíduo, contexto imediato), mas a exterioridade material, isto é, o interdiscurso. Assim, não é saber se quem fala é um operário ou um industrial que pode resolver o problema da análise em AD, mas sim saber que posições estão representadas num dado discurso pelo assunção do sujeito de

certas posições discursivas (por sua filiação às diferentes FD's que se abrigam no interdiscurso). É por isso que um operário pode produzir um discurso em que quem fale seja o industrial, ou seja, em que a posição representada no discurso não seja exatamente aquele em que se encontra o indivíduo. Isso se dá no jogo entre a antecipação e o esquecimento que se estabelece em todo discurso, uma vez que em toda sociedade há regras de projeção que relacionam a situação (objetivamente definível) e as posições (representações dessas situações) nos discursos. Por um lado, *“todo sujeito (orador) experimenta o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador, constituído pelo jogo das formações imaginárias (a imagem que faz de x, de si mesmo, do outro). Cada um ‘sabe’ prever onde seu ouvinte o espera. Esta antecipação [grifo nosso] do que o outro vai pensar é constitutiva de todo discurso”* (Orlandi, 1998:4). E, de outro lado, *“as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas (determinadas mesmo) pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não datado, não representável”* (idem:3). A relação entre esses dois mecanismos discursivos permite teoricamente distinguir o *real* (condições materiais de produção dos discursos) da *realidade* (relação imaginária do sujeito com essas mesmas condições). Para o sujeito, tudo se passa como se ele fosse a origem do sentido e dominasse sua produção – essa é, para ele, a realidade. Para o analista do discurso, a questão é ultrapassar essa realidade do nível da formulação e atingir o real do processo de constituição dos sentidos, do qual a formulação é apenas efeito.

Assim, assume-se que a linguagem é autônoma, mas de modo relativo, pois que possui sim um exterior – que, no entanto, não é empírico, mas material. A relação entre essas formas do real (a língua e a história) se apresenta nos discursos pela argumentação, que não vemos como um direcionamento intencional do sujeito, mas como o fato de que o

sentido nunca está pronto, estabelecido de uma vez por todas, mas se constrói nas relações entre os sujeitos, já que “*o sentido está sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição*” (Orlandi, 1996:22). Argumentar, pois, deixa de ser igual a “convencer”. Argumentar é sobretudo não dizer, silenciar, é indicar como interpretar (Guimarães, 1995:81), é movimentar-se no interdiscurso pelo jogo do que é dito e do que é silenciado. Os argumentos levantados pelo sujeito, seu modo de apresentação etc. já estão sobredeterminados pelo modo como este se filia aos espaços das formações discursivas no interior do interdiscurso. À evidência de um sujeito que escolheria seus argumentos, ordenando-os de modo a convencer o interlocutor, podemos contrapor a figura de um sujeito que argumenta como argumenta porque está na posição em que está. O resto é silêncio. E significação.

Uma significação que se dá numa ordem e numa forma diferentes da que se estabelece na língua, e que nos permite precisar a afirmação de que a língua não pertence à superestrutura: “*a Lingüística demonstra que alguma coisa da linguagem escapa à determinação das relações de produção, que alguma coisa da linguagem é relativamente autônoma com relação a essa determinação*” (Henry, 1992:147). Se as Ciências da Linguagem demonstram justamente a existência desse real próprio da língua, que não se presta a ser reflexo de uma determinação do exterior, isso se dá precisamente porque o exterior da linguagem é a materialidade do silêncio, do que fica dito e por dizer, do que se remonta como memória no interdiscurso, do que se apaga, imemorial.

Sendo os discursos “*duplamente determinados*” (Orlandi, 1992:22) – de um lado pela relação entre as FI's e FD's que as representam, e, de outro, por essa autonomia relativa do sistema lingüístico -, essa determinação dupla instaura seu elo no exterior que as movi-

menta ambas: o silêncio, seja na forma do silêncio fundador, seja na forma do silêncio constitutivo.

É na consideração do silêncio que podemos pensar a possibilidade e a impossibilidade de interpretação. Interpretar é, para nós, atribuir sentido a um objeto simbólico. Essa atribuição de sentido, entretanto, se nega como tal ao mesmo tempo que acontece, pois pelo mecanismo imaginário da ideologia o sentido já está sempre lá. O sujeito, ao atribuir a um objeto simbólico um sentido dado, o faz como se esse sentido estivesse no objeto, literal, a-histórico, esquecendo-se de que há outros sentidos – possíveis e/ou silenciados. O que é *uma* interpretação aparece como sendo *a* interpretação. Esta interpretação não é, todavia, uma qualquer: “*não é porque é aberto que o processo de significação não é regido, não é administrado. Ao contrário, é por esta abertura que há determinação*¹²”. Há, portanto, uma determinação no processo interpretativo.

Pêcheux (1981) vê dois modos predominantes de regulação do processo de leitura: o modo científico e o modo literário. Essa é a *divisão social do trabalho da leitura*. Como Orlandi (1996) preferimos denominá-lo *divisão social do trabalho da interpretação*, para alargar os processos que essa divisão descreve. Trata-se, em suma, de definir o que pode ou não ser interpretado, e, além disso, quem pode ou não interpretá-lo. Criticar e compreender o funcionamento desse divórcio entre o que é passível de interpretação (o literário) e aquilo que se dá como estável, literal (científico) é o que faz o analista de discurso, pela via da descrição dos gestos interpretativos que jogam no material de análise e que atribui aos textos seu sentido.

¹² ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1993, pág. 13.

Em relação à interpretação e ao silêncio, em resposta à pergunta que formulamos no início deste capítulo, o que deve ficar claro em consequência é que todos os mecanismos identificatórios descritos anteriormente e que funcionam de modo a dar ao sujeito a ilusão da transparência da linguagem e da evidência do sentido estão, do mesmo modo, funcionando no analista do discurso. Há, entretanto, uma diferença fundamental: no caso do sujeito comum tudo se dá pelo efeito de um *dispositivo ideológico*, enquanto que para o analista há o apoio de um *dispositivo teórico* que serve de mediação e que lhe fornece um deslocamento passível de apreender o funcionamento da linguagem.

Assim, no caso do analista, a teoria torna possível um deslocamento de posição em que ele se coloca num lugar passível de compreender a constituição dos sentidos, em vez de, como o sujeito comum, atribuir sentidos a um objeto simbólico. Como se vê, o analista de discurso não atribui sentidos, mas explicita o modo como essa atribuição de sentidos funciona e se apaga, instituindo o efeito de que o sentido já estava lá, no objeto em si mesmo. Contrariamente ao sujeito comum, o analista de discurso assume a responsabilidade da interpretação, por um lado, e, por outro, se apóia no real da língua que constitui a materialidade de todo discurso para atingir momentos de descrição: “*deste ponto de vista, o principal problema é determinar nas práticas de análise do discurso o lugar e o momento da interpretação em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se misturar no indiscernível*” (Pêcheux, 1981:54). Assumindo estar sob os efeitos dos mecanismos que ele mesmo descreve, o analista só tem uma saída: basear-se na materialidade lingüística dos discursos para atingir momentos descritivos, assumindo, ao

mesmo tempo, a responsabilidade nos momentos de interpretar a relação entre essa materialidade e as conclusões a que chega.

O que fica claro disso tudo é, então, que o analista se responsabiliza pela interpretação que faz das descrições a que chega, enquanto o sujeito comum, de modo contrário, dá a suas interpretações o estatuto de descrições. Cabe também dizer que a interpretação pelo qual o analista assume a responsabilidade não é qualquer uma: regula-se pela teoria em que ele se sustenta. No fim das contas, cai-se rapidamente no campo em que as posições científicas – se não querem ser positivistas – só podem estabelecer sua verdade em torno da instituição de um objeto-de-conhecimento cujo real assegura momentos de descrição e cuja interpretação somente pode se validar pelo apelo a uma questão de ética e responsabilidade. Caso contrário, instala-se a indistinção entre o real de um objeto-de-conhecimento e as interpretações que esse real possibilita, no mesmo efeito ideológico que constrói todas as evidências da linguagem.

2.3 A FUNÇÃO-AUTOR

Fazendo um percurso que vai do menos ao mais exteriorizado, poderíamos dizer que as funções presentes no processo discursivo podem ser descritas como: locutor → enunciadador → autor (Orlandi, 1988). O locutor entendido como a representação do *eu* no discurso, e o enunciador como as perspectivas construídas por esse *eu*. Essas seriam as funções enunciativas. Já no campo dos procedimentos que visam a controlar o funcionamento do discursivo

so, Foucault (1992) propõe a *função-autor* como um novo elemento no processo discursivo. O autor chega à elaboração desse conceito pelo questionamento de 2 evidências: a do *autor* e da *obra*. Em suma, ele se pergunta: o que é uma obra? O que é ser autor de uma obra? Qual a “*relação do texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é anterior e exterior, ao menos em aparência*” (idem:34)?

Foucault percebe inicialmente que essas evidências são extremamente indefinidas se as tomamos em profundidade. Tudo o que uma pessoa escreve é sua obra? Se não, qual o critério para discernir o que faz parte da obra e o que é apenas murmúrio que pode ser relegado ao esquecimento? “*A palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são provavelmente problemáticas quanto a individualidade do autor*” (idem:39). Trabalhar essa problemática é para Foucault definir de que modo e em que condições a função-autor se faz presente em momentos determinados da história.

Em primeiro lugar, deve-se dizer que o *nome próprio* e o *nome de autor* têm um funcionamento bastante semelhante. Ambos são mais que meras funções indicadoras. No entanto, o nome de autor possui peculiaridades que o diferenciam do nome próprio: “*se me aperceber, por exemplo, que Pierre Dupont não tem os olhos azuis, ou não nasceu em Paris, ou não é médico, etc., mesmo assim Pierre Dupont continuará sempre a referir-se à mesma pessoa*” (idem:43). Se, por outro lado, descobrir-se que Shakespeare não escreveu algum dos textos que se lhe imputam como sua obra, o nome de autor sofre uma modificação fundamental. Isso mostra que “*o nome de autor não é um nome próprio exatamente como os outros*” (ibid.).

O que esses exemplos, entre outros que poderiam ser arrolados, demonstram é que o nome de autor não é apenas um signo indicatório, mas que ele exerce em relação aos textos um papel classificatório, ele os delimita, agrupa, sobrepõe, opõe a outros. Não se trata de vincular tais e tais textos a um autor empírico, mas em construir um princípio de agrupamento do discurso. O autor seria, conseqüentemente, unidade e origem de significações, foco de sua coerência (Foucault, 1996:26). Essa função faria parte dos *procedimentos internos* do discurso. Sendo o discurso um sistema em que a dispersão é parte primeira, “*em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade*” (idem:9). A função-autor seria um desses procedimentos internos do discurso que regem a sua dispersão e a dispersão do sujeito na forma de uma individualidade.

Estudar o funcionamento da autoria é ver como se dá essa relação entre os textos e a função que lhes confere o próprio caráter de unidade. Nesse sentido, a relação não é entre o indivíduo empírico e o texto, mesmo porque “*o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço de obra, e o que deixa, vai cair como conversa cotidiana. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica*” (Foucault:29). Em resumo, é um modo de constituir-se enquanto sujeito.

A partir daí, é preciso introduzir reelaborações no conceito foucaultiano a fim de aproximá-lo dos pressupostos que norteiam e especificam a Análise do Discurso de linha

francesa. Para Foucault, por exemplo, a autoria não ocorre de modo constante nem de forma geral. Para a AD, por outro lado, “*o princípio é geral. O texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa um autor a ele*” (Orlandi, 1988:77). Em AD, considera-se a função-autor sempre que o sujeito se coloca na origem de seu dizer, produzindo um texto com unidade, coerência, começo, meio e fim, isto é, marcadamente determinado pelas exigências (históricas) do procedimento de constituir-se enquanto autor. Além disso, Foucault faz uma distinção entre aqueles que, mais que autores no sentido que vimos tratando aqui, produzem também “*a possibilidade e a regra de formação de outros textos*” (Foucault, 1992:58) – são estes os “fundadores de discursividade”. Nessa distinção entrariam nomes como Marx, Freud, Saussure, todos aqueles que tornaram possível não só “*um certo número de analogias como também tornaram possível (e de que modo) um certo número de diferenças*” (Idem:60). A noção de fundadores de discursividade para Foucault distingue-se da noção que pode ser atribuída a qualquer fundador de uma ciência pelo fato de que as obras organizadas em torno destes fundadores não se situam no espaço restrito da relação que elas podem estabelecer com dada ciência, mas, pelo contrário, a ciência é que se relaciona com tais obras e está por elas limitada, organizada, coordenada. De qualquer maneira, vê-se que a noção de fundação de discursividade que Foucault propõe tem uma relação com o surgimento de novas teorias científicas e seu desenvolvimento. Aqui também é preciso marcar uma especificidade do campo teórico da AD. Nesse caso, a questão é saber como o sem-sentido se torna sentido, como o novo irrompe em meio ao já-dito, como se dá o *discurso fundador* e de que modo ele pode surgir.

Esse movimento se dá pela resistência do sem-sentido em apagar-se frente aos sentidos já estabelecidos, produzindo num só momento o novo e sua própria memória. Sair do

nonsense e fazer sentido é re-significar o que preexiste e, nesse jogo, produzir a memória que sustenta o sentido novo. É um processo de confronto em que “há a necessidade de ‘filiar-se’ a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação” (Orlandi, 1993:13). Dito de outro modo, o novo irrompe do velho, de que se utiliza como memória, sustentação, ao re-significá-lo. O que permite tal procedimento é que, ao considerarmos o discurso uma *prática*, admitimos também que toda prática, todo ritual comporta falhas, que dão lugar a rupturas possíveis. É o lugar do equívoco na língua, na história. Como se vê, embora as noção de autoria e fundação de discursividade foucaultianas sejam fundamentais para a AD, é preciso reelaborá-las no conjunto das diferenças que marcam esse campo específico.

Tendo em vista as colocações acima, podemos dizer que o sujeito, ao tomar-se como autor, constrói a unidade aparente do discurso no objeto de análise: o texto. O sentido advém do texto, e não da mera seqüência de enunciados, expressões ou formas lingüísticas, mas sim do fato de essas mesmas seqüências de enunciados estarem reunidos sob a forma de uma unidade que se constitui pelo modo mais determinado pelo exterior da forma-sujeito do discurso, o autor.

Assim, o aparente fechamento do texto, sua não-contradição, sua progressão em termos de um início e um fim, são efeitos discursivos da função-autor tal como ele se dá historicamente num período dado. Pfeiffer (1996), em sua tese de mestrado, mostra como a escola não possibilita aos alunos sua constituição enquanto autores de um texto, exigindo, contraditoriamente, que os alunos se coloquem como autores (determinados por todas as exigências específicas dessa posição - objetividade, clareza etc.) ao mesmo tempo em que lhes negam a possibilidade de fazê-lo por não lhes darem condições para tanto. Nesse sentido, podemos fazer um paralelo entre a divisão social do trabalho da interpretação e o pro-

cesso da autoria. Negar a autoria e também negar a possibilidade de colocar-se como leitor, é impedir o trabalho histórico da interpretação. O sujeito fica preso no limiar da repetição mnemônica (mera repetição) e da repetição formal (mera produção de frases)¹³. Só há autoria e leitura quanto há a repetição histórica - quando o sujeito inscreve seu dizer na rede do já-dito, do interdiscurso, e do silêncio, deslocando-o ao produzir *gestos de interpretação*¹⁴.

Fundamentalmente, os conceitos que procuramos conjugar desde o início deste trabalho são tentativas de explicitar os processos que intervêm na relação do sujeito com seu dizer, relação esta marcada pelo fato de que entre o sujeito e sua fala há dois modos de existência do real que interditam e possibilitam o novo: a língua e a história.

3 A ANÁLISE

A disposição do presente trabalho pode parecer contraditória: dissemos que, em AD, não há como separar o trabalho teórico da prática de análise, e, por outro lado, separamos claramente a parte dedicada à especulação da parte em que vamos trabalhar com os dados. Com efeito, esse modo de dividir o trabalho tem a intenção justamente de demonstrar que o modo com que trabalharemos nosso material de análise já está sobredeterminado pela teoria a que nos filiamos.

¹³ ORLANDI (1996) difere a *repetição empírica* (exercício mnemônico que não historiciza, não coloca o sujeito na posição de autor) da *repetição formal* (técnica de produzir frases, mero exercício gramatical que também não historiciza) e da *repetição histórica* (quando o sujeito se coloca como autor, situando-se em meio ao já-dito – ao interdiscurso – e daí filiando-se a posições diversas – ou construindo novas posições a partir do existente, como comentamos anteriormente ao falar dos discursos fundadores).

¹⁴ Deve-se entender que toda interpretação é um *gesto*, no sentido de ser uma intervenção do sujeito no nível do simbólico (Orlandi, 1998:84).

Os “dados” com que trabalharemos já são um trabalho teórico: “*não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico*” (Orlandi, 1996:38). É nesse lugar que se faz presente a distinção entre o dispositivo ideológico e o dispositivo teórico da interpretação que tentamos explicitar acima. Ao dividirmos o presente trabalho do modo como o fizemos, estamos marcando nossa posição, assumindo assim que há outras das quais nos distanciamos.

Como vimos falando desde o começo deste trabalho, nossa filiação à AD se dá pelo fato de a considerarmos como uma teoria que permite conjugar língua e história sem que esses termos se percam numa indistinção total. A AD, apenas por sua metodologia, não é mais ou menos lógica que qualquer outra teoria. Uma vez definidas as proposições iniciais, qualquer metodologia é capaz de um trabalho analítico passível de averiguação quanto a sua veracidade conclusiva. O que diferencia, a nosso ver, a AD de outras teorias é que nela a questão política não é algo que vem depois do trabalho de análise, como um desdobramento ou adição, mas algo que está presente desde o início, mesmo na configuração do *corpus*. Por outro lado, ela consegue constituir aquilo que caracteriza uma ciência: um *objeto-de-conhecimento*. Assim, a interpretação que se vai produzindo dos resultados de cada análise não é uma interpretação qualquer: ela se sustenta num trabalho descritivo que seu objeto permite por sua natureza contraditoriamente imersa no real da língua e no real da história. Ela se sustenta num dispositivo diferente daquele que sustenta a leitura do sujeito comum, ou seja, o dispositivo teórico.

Não é, todavia, o caso de se defender que o modo como trabalharemos a NGB seja mais “verdadeiro” que outros modos, ou que seja o único possível. Procuramos justamente caminhar no sentido contrário das ciências que, filiando-se ao Positivismo sem sequer sabê-

lo (ou sabendo-o muito bem), escamoteiam o fato de que mesmo os dados são construções teóricas. Ao admitirmos outras posições possíveis, temos que justificar nossa própria tomada de posição – e essa questão não se faz sem apelar para uma justificativa em que Ética, Ciência e Política se encontram imbricadas. O melhor modo de explicitar essa justificativa é mostrar o trabalho de análise.

3.1 A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA

Analisar a NGB é, a nosso ver, um trabalho que primeiramente passa por dividi-la enquanto instrumento lingüístico e enquanto instrumento político. Não se pode negar a existência do real da língua – e, conseqüentemente, a possibilidade de sua descrição, mas deve-se explicitar o modo como os instrumentos lingüísticos investem de maneiras diversas nessa tentativa de descrição, jogando com o político no científico.

A NGB faz parte do processo de gramatização brasileira e esse processo se insere no quadro mais amplo das políticas públicas (científicas). O conceito de gramatização é dado por Auroux (1992:65): “(...) *processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário*”. Sob essa perspectiva, “*o estudo das idéias lingüísticas no Brasil tem entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramá-*

ticas que se fazem no Brasil desde o século XVI¹⁵”, num viés que considera que “a gramatização de uma língua é parte da história da língua, não sendo, simplesmente, uma produção de instrumentos sobre ela¹⁶”.

Guimarães (1996), em sua proposta de dividir os estudos de língua no Brasil em 4 grandes períodos, situa a NGB no 3º desses períodos, que se caracteriza por uma valorização das especificidades do Português no Brasil (no 2º período descrito pelo autor é que se inicia propriamente a gramatização brasileira – dessa maneira, a NGB já é um desenvolvimento desse processo). Por outro lado, é nesse período que se define o resultado da controvérsia na denominação do idioma falado no Brasil: língua brasileira ou língua portuguesa? Como se sabe, a comissão designada para estudar esse assunto acabou por determinar que o idioma falado no Brasil era a língua portuguesa, encerrando o debate sobre essa questão. Desse modo, ao mesmo tempo em que nesse período há uma valorização dos estudos sobre a especificidade do Português no Brasil, admite-se a unidade com Portugal.

Por outro lado, a nomenclatura também se insere em outro recorte que o autor propõe, que é o de trabalhos sem filiação teórica definida. Assim, a NGB, além de ser uma tentativa de valorização do que é específico no Brasil, não se filia rigorosamente a nenhuma teoria. Mas o importante é ressaltar o papel do Estado, que, como sabemos, é o lugar da administração dos conflitos. No Brasil, a constituição do Estado é, ao mesmo tempo, a constituição da língua. O Estado age sob o princípio da unidade, a partir de um sistema jurídico centralizado e um sociologismo que negocia a diversidade. Em outras palavras: no caso específico da língua, as diferenças, embora sejam reconhecidas, anulam-se no processo

¹⁵ GUIMARÃES, Eduardo, ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Campinas, Pontes, 1996, pág. 127.

de constituição da identidade nacional e do sujeito que ela pressupõe. A maneira como se define que língua se fala, como se tem acesso a ela, que estatuto ela tem é uma política linguística que, ao mesmo tempo em que faz isso, produz o conhecimento sobre a língua e a configura (Guimarães e Orlandi, 1996:14).

Como afirma Orlandi (1997:5), ser um autor de gramática no século XIX é “*assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português. Nesse momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe*”. Dessa maneira, o “saber sobre a língua” que se constitui nesse período é um saber que ao mesmo tempo em que se configura, configura a especificidade da língua portuguesa do Brasil.

Uma vez constituído esse saber sobre a língua e constituído o Estado brasileiro, temos uma modificação na posição de autor que os gramáticos assumem. Agora já não se trata de definir a especificidade da língua portuguesa no Brasil, mas sim de manter essa especificidade (Orlandi, 1997:8). Podemos, por conseguinte, estabelecer dois movimentos de autoria:

- no século XIX e início do século XX, um investimento na função-autor que se faz pela busca de uma especificidade. Assim, ser gramático brasileiro, ser um autor de gramática, é ser aquele que, do ponto de vista de quem pode falar sobre a língua, de quem a sabe, coloca-se numa posição de quem faz a própria história. Ao fazer essa história, o gramático necessariamente silencia outras questões, que se apagam para o fortalecimento da questão da língua portuguesa do Brasil. Silenciando, Estado e língua se constituem, e estabelecem os efeitos de pré-construído que

¹⁶ Idem, *ibidem*.

garantem o sentido das referências. Nesse sentido, as diferentes filiações teóricas de cada gramática são os pontos de apoio que servem de base para a afirmação do específico da língua do Brasil;

- no século XX, a questão já é garantir essa especificidade. A partir de então, não se trata mais da língua portuguesa *do* Brasil, mas da língua portuguesa *no* Brasil (Orlandi, idem:9). Desse modo, se antes tínhamos diferentes filiações teóricas garantindo essa especificidade, agora temos diferenças de análise, de descrição. Duas referências já estão garantidas: Brasil e língua portuguesa.

Nesse segundo momento, dá-se lugar a uma profusão de gramáticas. Câmara Jr. (1975:56) chega mesmo a dizer que “(...) *no Brasil, que é a terra da gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua*”. Aqui chegamos a um ponto que merece maiores considerações. Por que as gramáticas brasileiras, nesse período, estão repletas de nomes? O que significa dizer que cada gramático dá o nome que quer aos fatos que analisa?

Como vimos, no primeiro período a busca da especificidade do português do Brasil se dá pela filiação a diferentes concepções teóricas. Veja-se o caso de Said Ali, por exemplo. Oliveira (1997:6) mostra como o recurso deste a esta ou àquela teoria se explica não pelo fato de uma incongruência teórica, “*mas de uma arregimentação de elementos que legitimam a língua nacional*”. Ora, se nesse período as diferentes filiações teóricas (e os diferentes nomes que colocam) se justificam pela constituição de uma especificidade linguística, no segundo período isso já não pode ocorrer, pelo fato de que tanto a língua como o Estado brasileiro já estão constituídos. Tem-se, portanto, a necessidade de se uniformizar

a nomenclatura, já que, no embate dos sentidos, a língua que se fala no Brasil já é uma referência bastante estável. Sabemos, no entanto, que a relação de designação nunca é totalmente estável, sendo constituída pelos discursos que se relacionam. A exterioridade produzida pela linguagem, isto é, as referências que se tornam evidentes, nunca estão plenamente garantidas, sendo necessário um esforço para que se mantenham como tais. A NGB é uma iniciativa nesse sentido.

Trata-se agora, como dissemos, de manter os limites de nossa identidade, através da especificidade da língua portuguesa no Brasil. Para isso, o recurso a diversos elementos teóricos que poderiam sustentar essa especificidade não se faz mais necessário, e sim a uniformização desses elementos. O Estado, conseqüentemente, nomeia uma comissão para uniformizar a nomenclatura, ou, em outras palavras, uniformizar o discurso gramatical.

Se adotarmos a definição de gramática de Aurox (1992:66), veremos que o anteprojeto inicial se aproxima bastante dessa definição. Ele possui uma categorização das unidades, exemplos e regras mais ou menos explícitas para construir enunciados. Veja-se, por exemplo, a definição de adjetivo:

“Adjetivo

Adjetivo é a palavra que, posta ao lado de um substantivo com o qual concorda em gênero e número, exprime a aparência exterior, o modo de ser, ou uma qualidade de tal substantivo.” (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, 1957:25)

Dessa maneira, podemos dizer que o anteprojeto inicial tem a pretensão de ser uma gramática da língua portuguesa no Brasil. Mais especificamente, a estabilização do discurso gramatical se daria pela construção de uma gramática oficial.

As críticas ao anteprojeto inicial, entretanto, não foram poucas. Cândido Jucá (filho), membro da comissão elaboradora da NGB, é autor de um livro lançado logo em seguida à publicação do anteprojeto, intitulado *132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Não deve ter sido ele o único a criticar o anteprojeto, na medida em que as mudanças entre o anteprojeto inicial e anteprojeto final são gritantes. Vejamos o anteprojeto final.

A principal diferença entre os dois anteprojeto é que o anteprojeto final abandona por completo a tentativa de ser uma gramática. Nele encontraremos apenas uma divisão da gramática e os nomes que fazem parte desta. No caso do adjetivo, por exemplo, teremos apenas:

III – Adjetivo (Nomenclatura Gramatical Brasileira, Rio de Janeiro: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, 1958, pág. 16)

Como se pode notar, as definições são completamente excluídas dos quadros da NGB. A NGB, ao excluir qualquer definição ou conceituação dos termos que apresenta, conseqüentemente, não se filia a qualquer posição doutrinária. A filiação a esta ou aquela doutrina passa, sem dúvida, pela questão da definição. Retomemos Auroux (idem:104): “*se o nome e o número das partes do discurso permanecem relativamente estáveis, as estruturas de classificação e as definições (com exceção de um núcleo cuja função é muito convencional) vão variar largamente no curso dos séculos (grifo nosso)*”. Ora, as definições variam devido precisamente às posições que seus autores assumem. Esse é um campo de conflito.

Desse modo, parece-nos que 3 questões se nos põem na análise das diferenças entre o anteprojeto inicial e a NGB. A primeira diz respeito ao modo com a comissão tratou de

conciliar as divergências certamente presentes. A outra, quanto ao abandono das definições. A terceira, quanto à definição de gramática da própria NGB.

O primeiro e segundo pontos estão inextricavelmente ligados. A maneira de se conciliarem as divergências é retirar as definições. A doutrina se cria pela referência, e é por isso que Guimarães (1996:132) diz sobre a nomenclatura: “*se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente*”. Ou Câmara Jr. (1975:216): “*não há aí [na NGB] qualquer doutrina gramatical coerente. O erro fundamental foi, mesmo, o de se querer com isso regularizar e simplificar a nomenclatura, sem intenção de firmar qualquer doutrina. Ora, a terminologia está visceralmente dependente de uma teoria e sem esta não tem real utilidade. A consequência é que o estatuto, oficialmente estabelecido, funciona como um empecilho, que cerceia e desorienta os esforços para uma teoria satisfatória em gramática descritiva*”. A nosso ver, essa falta de doutrina é fruto da falta de referência clara, e esta, fruto de uma maneira de administrar o provável conflito de doutrinas. Se a referência se estabiliza pela formação discursiva em que se encontra a palavra, não estabilizar a referência é procurar não se filiar a nenhuma formação discursiva. Note-se que, logo após a NGB, é feito um concurso de Interpretação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. As gramáticas, do mesmo modo, em seus subtítulos, dizem que exemplificam, definem, interpretam e explicam a NGB. Ou, em outras palavras, remetem as palavras a doutrinas, estabelecendo referências. Veja-se como está modificado o papel do autor: não é mais aquele que “faz” a gramática, isto é, a autoridade responsável por um saber sobre a língua, mas aquele que interpreta, define, comenta e exemplifica um saber oficialmente instituído.

O terceiro ponto, ou seja, a definição do que seja uma gramática, é também bastante frutífero para uma análise. No anteprojeto inicial, temos:

“Introdução: Gramática

Gramática Normativa, Gramática Histórica

Divisão da Gramática:

Fonética, Morfologia, Sintaxe” (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, op. Cit., pág. 13)

O anteprojeto final, por sua vez, dá apenas a divisão da gramática:

“Divisão da Gramática:

Fonética, Morfologia, Sintaxe” (Nomenclatura Gramatical Brasileira, op. Cit., pág. 4)

O termo “gramática histórica” se desloca para o apêndice da NGB. O remanejamento do termo “histórica” e a exclusão do termo “normativa” é índice de um processo que dá historicamente lugares diferentes ao saber descritivo e à aplicação desse saber no tocante aos estudos do Português. O que se silencia nesse momento é uma divisão em que sobre o normativo está o estudo descritivo da língua (como em Saïd Ali, por exemplo). Na NGB, há apenas um campo, a Gramática, fundamentalmente normativo, que pode também ceder lugar ao estudo histórico. Está excluída dessa divisão a contraparte descritiva da Gramática. Se considerarmos que na gramatização brasileira há duas tendências de certo modo opostas em relação ao papel e função da Gramática, não é difícil perceber que partido toma a NGB. Há, por um lado, aqueles que como Saïd Ali e Mattoso Câmara não negam a necessidade de um instrumento lingüístico de normatização, mas o subordinam ao estudo descritivo. E, de outro lado, aqueles que vêem a normatização como a função fundamental do estudo da linguagem. Há, nesse mesmo recorte, aqueles que atribuem à Gramática um papel descritivo, que no entanto se apaga pelo desconsideração de tudo que não seja texto escrito, e autorizado – Jucá Filho, por exemplo, é mestre nessa contradição: diz, como veremos, que à Gramática não compete ensinar a falar ou a escrever corretamente, porém o faz em suas gramá-

ticas ao utilizar apenas exemplos da linguagem dita “cultura”. A NGB, como facilmente pode se notar, filia-se a esta última tendência.

Nesse sentido, podemos dizer que, a partir da NGB, um outro momento de autoria se estabelece no discurso gramatical. Nesse outro momento, o gramático não é mais a autoridade do saber sobre a língua, mas um comentador desse saber. E esse é um deslocamento proporcionado pela NGB. Mais especificamente, com a NGB, *“a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista. Saber como a língua funciona dá autoridade para o lingüista dizer como a língua é (português no Brasil / português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar da caução do lingüista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista¹⁷”*. Essa transferência, no entanto, é bastante específica, na medida em que ao Gramático resta apenas o plano normativo, ficando este impedido de incluir-se dos estudos descritivos sobre a língua.

Após a NGB, o discurso gramatical ganha uma consistência que impede o processo de autoria, tal como ele funcionava antes, a não ser de forma marginal. Desse modo, o acontecimento discursivo que a NGB constitui é precisamente este: trata-se de um texto que se desvincula de seus criadores, que se impõe (pelo Estado, nesse caso) e que limita o acaso do discurso. Após a NGB, toda gramática deve citar e cita a NGB, ou melhor, tem como corpo de seu texto a NGB.

Recusas, restrições ou negações a ela, no entanto, se todavia acontecem, seguem o princípio do comentário. Notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices, tudo que

a NGB não prevê só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente. Os pontos de não-contato, todavia, são pequenos gestos do autor, encerrados em partes menos visíveis do texto e que revelam o retorno de sentidos silenciados pela NGB e que agora ressurgem para, paradoxalmente, torná-la mais forte, na medida em que só podem dizer algo se esse algo é dito depois da afirmação da NGB e em complemento a ela¹⁸.

O silêncio que a NGB impõe é o silêncio da história da gramatização brasileira. Despida de autores, a gramática passa a falar por si mesma. Aí reside o papel da Ideologia, no apagamento do enunciador. Como diria Orlandi (1995), o esquecimento é estruturante na AD, pois só quando esquecemos quem formulou a NGB, como, para que e para quem é que os sentidos da NGB produzem seus efeitos. O apagamento do “autor” da NGB funciona de maneira a instituir um efeito de validade nas gramáticas posteriores. A NGB passa a ser a “Gramática”, o que se pode dizer a respeito da língua portuguesa, ou seja, “esquece-se” que ela é um produto histórico, produzido por um determinado grupo de pessoas, dentro de uma dada conjuntura histórica. Com esse esquecimento, com esse apagamento do sujeito, o discurso gramatical torna-se mera descrição do objeto, ou melhor, a descrição do objeto. E o objeto é a língua que falamos no Brasil, a evidência das evidências: a língua portuguesa. Como se vê, as referências são historicamente construídas, mas isso é esquecido, e é esse esquecimento que estrutura o discurso. História de esquecimentos que constitui nossa iden-

¹⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. *O Estado, a gramática, a autoria*. In: *Relatos*. Publicação do Projeto “História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional”. DL – IEL – UNICAMP / DL – FFLCH – USP, 1997, pág. 9.

¹⁸ Mas, se por um lado esses gestos fortalecem a NGB, por outro se mantém como a brecha que torna possível deslocamentos no discurso que a própria nomenclatura impõe. Agradeço a Profa. Dra. Suzy Lagazzi Rodrigues a observação dessa questão que relativiza a dominância da NGB quanto ao processo de constituição dos discursos. De fato, é mesmo preciso ver que, como já dissemos anteriormente neste trabalho, toda prática discursiva comporta espaços falhos onde o sujeito pode trabalhar além da mera repetição.

tificação enquanto brasileiros. A unidade da língua, na NGB, é constituída a partir da unidade sobre a terminologia que “descreve” essa língua. Mas essa unidade não é a unidade garantida por uma filiação teórica, é uma unidade garantida pela assunção, por parte do Estado, do papel de autor da NGB.

O Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que doravante chamaremos de anteprojeto inicial, em seu próprio nome, já suscita algumas questões em relação à investida do Estado nesse campo. Fundamentalmente, nota-se que o anteprojeto não diz de qual língua é a nomenclatura a ser uniformizada e simplificada. Isso reforça a questão do silenciamento a que vínhamos nos referindo. Não é preciso nomear a língua, pois nos silenciamentos que nossa gramatização impõe a língua nacional já é uma evidência, um pré-construído.

Trata-se agora, como já dito, de manter os limites de nossa identidade, através da especificidade da língua portuguesa no Brasil. Para isso, o recurso a diversos elementos teóricos que poderiam sustentar essa especificidade não se faz mais necessário, e sim a uniformização desses elementos. O Estado, conseqüentemente, nomeia uma comissão para uniformizar a nomenclatura, ou, em outras palavras, uniformizar o discurso gramatical.

Primeiramente, vejamos a Portaria n.º 152, que designa a comissão que irá elaborar o anteprojeto inicial da NGB. Para refletir sobre isso, serão de maior interesse para nós as construções nominais, por serem lugares de entrecruzamento de sentidos¹⁹. Mais especificamente, vejamos quais são os considerandos que tal portaria coloca como motivos para a necessidade de uma simplificação e unificação da nomenclatura gramatical:

¹⁹ Para uma reflexão pormenorizada sobre a questão das construções nominais e seu papel no funcionamento discursivo, ver principalmente DIAS (1996).

“(...) considerando que o conhecimento e domínio do Idioma Nacional, sôbre se impor primariamente como índice de civilização de um povo, concorre para acentuar e elevar, no espírito da juventude, a consciência da unidade pátria e zêlo dos valores culturais que a latinidade nos herdou;” (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, 1957:6)

Como se vê, a civilidade de um povo é medida pelo seu conhecimento da língua. E que língua é essa? É o Idioma Nacional que, bem conhecido e dominado, nos dá a consciência de nossa unidade e zelo de nossa herança, a latinidade. É interessante notar que já há aí um percurso de sentidos silenciado em outras instâncias: as línguas indígenas e dos imigrantes e o Brasil enquanto nação “não-civilizada” (e que, portanto, não escreve e não é latina).

“(...) considerando, em razão disso, que o ensino da Língua Portuguesa deve merecer dos Poderes Públicos especial interesse e, pois, tratamento particular;” (idem, ibidem)

Agora já não se vê o idioma nacional, mas língua portuguesa. Os 2 termos são recursivos (cf. Morello, 1997), isto é: o idioma nacional é a língua portuguesa, e a língua portuguesa é o idioma nacional. Essa recursividade garante o silenciamento de sentidos que poderiam aí se entrecruzar. Ademais, a língua deve ser “ensinada”, o que acentua a questão da norma.

“(...) considerando que um dos empecilhos maiores, senão o maior, à eficiência de tal ensino tem residido na falta de padronização (...);” (idem, ibidem)

Aqui vemos mais silenciamentos: o maior empecilho é a falta de padronização. Não é o forte estabelecimento de uma oralidade, que se confronta então com o ensino da língua escrita, mas a falta de parâmetros na descrição desse objeto: a língua portuguesa, o idioma nacional. O que se silencia é a história da gramatização, que “desaparece”, dando lugar a um problema de descrição do objeto.

“(...) considerando que, por sua relevância, este assunto tem preocupado, em todos os países cultos, a atenção de eminentes lingüistas, pedagogos e autoridades do ensino;”
(idem, ibidem)

Aqui, mais uma vez, uma recursividade que permeia muitos dos textos em que se pode perceber o discurso gramatical: é um problema dos países cultos, e países cultos são os que falam a língua culta, que, por sua vez, é a língua em que falam os cultos (cf. Morello, idem). Além disso, já há aqui um indício do processo de indistinção entre os vários campos de estudos da linguagem de que falaremos mais adiante – note-se que os gramáticos estão excluídos do considerando acima.

“(...) considerando, por fim, que, sob o aspecto didático, largos benefícios traria à vida escolar brasileira a adoção de uma terminologia simples, adequada e uniforme (...)”
(idem, ibidem)

A política lingüística de que a NGB faz parte aqui se faz clara. Garantido o que foi silenciado em outras instâncias, e justamente pelo recurso aos vários “nomes” de cada filiação teórica, faz-se mister uniformizar a nomenclatura, ou seja, reduzirem-se esses nomes.

Essa portaria, portanto, resume tudo a uma questão de adequação “palavra-coisa”. Pode-se perceber, então, que não há no Brasil um problema de doutrinas gramaticais invocadas para legitimar o português do Brasil ou, em nível mais profundo, um problema político: trata-se de palavras demais para a mesma coisa. Deve-se, conseqüentemente, padronizar. Padronizar o ensino da língua que falamos, o que é também evidente: falamos o idioma nacional, é claro. E o idioma nacional é a língua portuguesa (que é o idioma nacional). É a disjunção obrigada, o “fundo falso” em que joga nossa língua (Orlandi, 1994).

Como explicar a retirada do trecho em que se definem os tipos de gramática? Vejamos a crítica de Jucá a essa definição:

“Distinguir duas gramáticas (normativa, e histórica) é uma falsa posição que deriva da nomenclatura defeituosa que exatamente se procura corrigir. Porque toda gramática é normativa, e porque a chamada ‘gramática histórica’ não é gramática. (...) É de temer que, em razão disso [da divisão entre normativa e histórica] alguém suponha que Gramática Normativa é aquela que dá ‘as normas da expressão correta’... (...) A verdade é que a língua é que é a norma da gramática. (...) Pois mesmo nos tempos de antanho (ou principalmente naqueles tempos) não tinha sentido epitetar-se de normativa a tão mofo disciplina, que justamente o que nunca fez (nem fará) foi ensinar a falar e escrever corretamente”. (CÂNDIDO JUCÁ (FILHO). 132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1958, pág. 5)

Como se pode notar, Jucá nada tem contra a normatividade da gramática, exceto o fato de que essa normatividade não pode ser vista como o ensino da “expressão correta”. A normatividade, para ele, advém do fato de que esta é uma normatividade da língua, isto é, a gramática apenas exporia os fatos que a própria língua, enquanto sistema, impõe, sem se preocupar com a correção desses fatos. Parece uma definição bastante própria daquilo que se chama lingüística, o que evidencia um processo de que trataremos mais adiante que é o da indistinção entre as diferentes formas de se abordar a linguagem.

3.2 ESTADO E POLÍTICA LINGÜÍSTICA

Sabemos que a constituição dos Estados independentes no final do século passado está intimamente relacionado à definição de uma língua nacional e de políticas pedagógicas que invistam nesse sentido. No caso da NGB, pode-se dizer que ela vem na esteira de polí-

ticas anteriores tais como o Programa de Português de Fausto Barreto em 1887 (Baldini, 1998).

No caso particular do Brasil, as políticas lingüísticas são em geral determinadas pelo Estado de modo autoritário. Os programas são impostos pelos departamentos educacionais, restando muito pouco aos professores, diretamente concernidos na tarefa de lidar com o aspecto pedagógico da questão. Mattoso Câmara, em 1940, insurgia-se contra o modo autoritário com que os programas eram impostos aos professores. A resposta a ele é extremamente interessante e explicativa:

“Queríamos o ensino inteiramente livre, sem nenhuma tutela do Estado; mas somos forçados a reconhecer que essa liberdade ainda não pode ser outorgada sem que periclitem importantes interesses nacionais” (Jornal do Brasil, 12 de junho de 1940).

O modo como a NGB apaga as diferenças, dando a impressão de se tratar apenas de uma questão de nomenclatura, é parte do desenvolvimento desse tipo de política estatal. A imposição de doutrinas (ao mesmo tempo em que isso se nega) só pode ter um nome: Positivismo.

Positivismo que impregna o processo de gramatização brasileira de forma difusa sem poder ser localizado apenas em um lado da questão. Pode-se, todavia, distinguir dois movimentos distintos na história de como no Brasil se constitui o saber sobre a língua. Temos, de um lado, uma posição marcadamente positivista, que vê na construção de gramáticas mera descrição da língua “como ela é”. De outro lado, uma posição que assume a historicidade da gramatização e que tenta construir procedimentos de inserção nessa historicidade.

No segundo funcionamento, colocaríamos João Ribeiro, Said Ali e Mattoso Câmara Jr., por exemplo, sem que isso signifique que o discurso que perpassa seus textos não deslize para o tom do primeiro funcionamento por vezes. No primeiro funcionamento, estão Cândido Jucá (filho), Antenor Nascentes, entre outros. Para que fique clara essa distinção, vejamos o modo conflitante de conceituar a gramática no período em que se dá a NGB:

“Convém observar que a gramática ‘normativa’ (chamada por outros ‘expositiva’ ou ‘descritiva’) corresponde à ‘lingüística sincrônica’ de F. DE SAUSSURE, e a gramática ‘histórica’ à ‘lingüística diacrônica’”.(OLIVEIRA, José Luís de. Interpretação da NGB. Rio de Janeiro: BibliEX, 1965, pág. 21.)

“Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta” (LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Briguiet, 9ª Edição, 1963, pág. 9.)

“Pois mesmo nos tempos de antanho (ou principalmente naqueles tempos), não tinha sentido epitetar-se de normativa a tão mofina disciplina, que justamente o que nunca fez, nem nunca fará, foi ensinar a falar e escrever corretamente” (JUCÁ (FILHO), Cândido. 132 restrições ao anteprojeto da simplificação e unificação da NGB. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1958, pág. 5.)

Se Rocha Lima assume a normatividade da Gramática, Oliveira e Jucá assumem a Gramática como a expressão de um estado da língua. A posição de Rocha Lima é intermediária à de Said Ali e Mattoso Câmara Jr., que dão lugar ao instrumento normativo, mas o colocam sob a determinação de um estudo descritivo. Para Ali, a “Gramática Prática” está ao lado da “Gramática Científica”, ambas apêndices da “Gramática Descritiva”. Já Mattoso Câmara subordina a Gramática à observação “desinteressada” do fenômeno lingüístico tal como previa Saussure, isto é, a construção de gramáticas fica na dependência dos avanços do estudo descritivo da linguagem pela Lingüística.

Essas duas posições, uma em que se assume que fazer gramáticas é intervir historicamente e outra em que essa questão está apagada, se entrecruzam em toda a história da gramatização brasileira. Após a NGB, parece evidente que a última posição é que se estabelece em dominância. Ela tem que, no entanto, lidar sempre com a primeira, na forma de um discurso outro que se estabelece fortemente pela figura de Mattoso Câmara: o discurso da Lingüística.

Assim, a relação do Estado com a gramatização em suas políticas lingüísticas está sempre permeada por um falar outro de fora do Estado, ao qual ele tenta responder, na maior parte das vezes na forma de programas impostos tais como a NGB.

Como mostra Auroux (1992), o processo de gramatização nos países descobertos na época das navegações se dá sempre nos modelos da tradição greco-latina, contemporaneamente à própria gramatização das línguas européias. Em nosso caso, a constituição do Estado brasileiro se inicia apenas após o processo de independência, e é só aí que se pode falar seguramente de um investimento estatal na gramatização. É claro que antes da ocasião da independência já havia políticas lingüísticas em andamento (Pombal, por exemplo), mas essas ainda estão vinculadas ao Estado português. Depois da independência, essas políticas estarão vinculadas ao Estado brasileiro, e a identidade com Portugal se dará sempre, mas de forma a estabelecer diferenças. No início do século XX, a questão é ligar o conhecimento atual da língua a seus estágios passados. Essa relação assume uma certa homogeneidade e administração de conflitos na divisão gramática – filologia. O gramático, encarregado de “descrever” o estado atual da língua, e o filólogo interessado em sistematizar estados anteriores. A homogeneização desses dois aspectos de uma mesma questão acontece pelo recurso da escrita. Dias (1996) mostra como nas décadas de 30 e 40 os defensores da denomina-

ção “língua portuguesa” ao idioma falado no Brasil estabelecem seu eixo argumentativo na tematização da escrita, com o apagamento ou depreciação da oralidade. Ora, é o mesmo funcionamento discursivo que sustenta a divisão entre Gramática e Filologia. Dessa maneira, o aspecto principal da posição positivista de que falamos acima é sua mobilização da escrita como “dado” que sustenta suas posições. O que Mattoso Câmara faz ao sustentar um discurso outro e oposto a esse é justamente trazer a oralidade e as línguas “silenciadas” (indígenas) como temas. Essa posição, no entanto, fica fora do Estado, sustentada sobretudo universitariamente.

Se o Estado é positivista, o discurso de oposição fica excluído, mas faz efeito. Embora haja muitas razões a se levar em consideração no estabelecimento dos programas oficiais, um deles sem dúvida é a de responder a esse discurso outro que com ele se relaciona. A posição de Mattoso Câmara a respeito da relação Gramática – Linguística coloca esta última como núcleo central dos estudos sobre a linguagem, no qual todos os outros desenvolvimentos (Gramática Normativa, Gramática Histórica etc.) devem se apoiar.

A NGB, por outro lado, reconhece apenas duas maneiras de abordar a linguagem: a Gramática e a Gramática Histórica. Repare-se que o primeiro termo não possui qualificativo, o que revela bem como a Gramática é vista como a única maneira de se saber a língua, sem que a normatividade que se estabelece pela relação com a escrita seja sequer abordada. Num primeiro momento (o anteprojeto inicial), aliás, a NGB reconhece que há duas gramáticas: a normativa e a histórica. Mesmo essa posição silencia muita coisa: a Linguística e tudo o que daí deriva.

Porém, o anteprojeto final aprovado é ainda mais radical nesse silenciamento. A retirada do qualificativo “normativo” assenta-se em argumentos como os de Cândido Jucá (cf. pág. 42, acima).

A seguir, procuraremos mostrar essa distinção entre as duas posições que percebemos nos modos de abordar o fenômeno lingüístico através das nomenclaturas ou dicionários gramaticais.

3.3 OS NOMES E AS COISAS

Com relação às *Normas preliminares de trabalho*, a comissão elaboradora da NGB também foi profícua em seu apagamento das diferenças. Toda a questão se resume a uma adequação palavra – coisa. São quatro essas normas:

I – as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria;

II – a escolha dos nomes se fará depois de realizado o levantamento das várias designações correntes nas obras de autores nacionais consagrados;

III – tal seleção atenderá a tríplice aspecto:

a exatidão científica do termo;

a sua vulgarização internacional;

a sua tradição na vida escolar brasileira

IV – eliminar-se-ão as denominações múltiplas, optando por aquela que, além de mais simples, for de uso mais geral”. (grifos nossos)

As expressões grifadas revelam, para além do caráter aparentemente democrático do processo de elaboração da NGB, o autoritarismo que compõe as normas de trabalho. Como se pode ver, a multiplicidade de nomes é vista como uma variedade de designações para um

mesmo objeto, além de ser considerada como um fator subjetivo. Tudo se passa como se os autores, falando todos sobre a mesma coisa, utilizassem nomes diferentes.

Desse modo, fica claro que a padronização imposta pela NGB só poderia levar à manutenção do Positivismo enquanto ideologia dominante nos estudos gramaticais, na medida em que as diferentes filiações teóricas e a história particular da gramatização brasileira ficam apagadas.

Um ponto interessante desse período em que se passa a NGB é a publicação, em 1956, do *Dicionário de Fatos Gramaticais* de Mattoso Câmara Jr. Esse dicionário, cujo título posteriormente alterou-se para *Dicionário de Filologia e Gramática*, não pode ser considerado equivalente à NGB. A própria alteração do título, tentativa, segundo Mattoso, de não “sugerir a profissão de fé no empirismo, que rejeito e sempre rejeitei”, mostra como o discurso sustentado por aquele lingüista se desenvolve no próprio solo em que o discurso do Positivismo vige, com diferenças fundamentais. Se a NGB procura uniformizar os nomes, o dicionário de Câmara Jr. procura “a serena apresentação dos pontos de vista mais diversos (...) O que primacialmente interessa a um consulente é saber as interpretações correntes de determinado fato da língua (...) Isso não importa, evidentemente, numa abdicação de princípios. A obra procura Ter uma linha diretriz nítida, que acompanha o pensamento gramatical de quem a traçou (...) Apenas evita-se a unilateralidade da doutrina, bem como a valorização ostensiva dos pontos de vista (...)” (Mattoso Câmara Jr., 1981, págs. 40/41).

Se a NGB fala de “*levantamento dos nomes*” e “*escolha do mais simples*”, Mattoso fala de “*interpretações correntes de determinado fato da língua*”. Os dois movimentos de que falamos anteriormente se fazem bem presentes nesses dois trechos.

Essas tomadas de posição em relação ao fatos da língua e ao modo de abordá-los nos permite inserir a NGB num desenvolvimento histórico diverso daquele em que se insere o dicionário de Câmara Jr. Vejamos.

3.4 AS NOMENCLATURAS E DICIONÁRIOS ANTERIORES À NGB²⁰

A NGB se insere (de modo muito particular, porém) no desenvolvimento de trabalhos anteriores; tais como o *Léxico Gramatical* (1934) de Firmino Costa ou o *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira* (1946) de Antenor Nascentes. Há ainda o *Diccionario Grammatical Portuguez* de José Alexandre de Passos, publicado em 1865 ou o *Diccionario Grammatical* de Felisberto de Carvalho, de 1886. Esses trabalhos procuram, como a NGB, uniformizar a nomenclatura para fins pedagógicos. Já o *Diccionario Grammatical* (1889) de João Ribeiro ou o dicionário de Mattoso Câmara (1956) procuram marcar posi-

²⁰ Não pretendemos aqui analisar ou indicar todas as obras anteriores à NGB que caminham no mesmo sentido que a Nomenclatura. Falaremos aqui apenas das obras que consideramos mais representativas. Na verdade, abrangeremos aqui todas as obras publicadas entre a segunda metade do século passado e a primeira metade de nosso século, pois a partir da década de 50 trabalhos do tipo da NGB proliferam, mas nem sempre possuem algum valor historicamente maior. Fica aqui apenas a menção ao fato de que, a partir de 1950, os Dicionários Gramaticais começam a surgir em maior número. É justamente nessa década que o Estado assume para si a tarefa de “uniformizar” e “simplificar” a nomenclatura utilizada, tirando das mãos dos gramáticos esse papel. É também justamente nessa década que Mattoso Câmara inicia a publicação de seu dicionário, que no entanto não é instrumento do Estado. Isso mostra porque o dicionário de Mattoso Câmara pôde se desenvolver e ampliar, enquanto a NGB se cristalizava. Trata-se de modos muito diferentes de se organizarem os discursos, pois um fala do lugar do Estado e o outro, não. São modos distintos de autoria.

ção no quadro dos estudos lingüísticos de sua época. Temos aí uma separação que perdura a seu modo até hoje: a separação entre os trabalhos dedicados ao ensino da língua e os trabalhos de investigação sobre a língua, geralmente de nível universitário. Essa divisão, por si só, não é boa nem ruim, nem é feita de uma vez por todas (o trabalho de João Ribeiro, mais que o de Mattoso, ainda se vincula à pedagogia do Português) mas é claramente negativo que ela tenha se desenvolvido de modos tão diferentes ao longo da história brasileira. Por isso, não é de se espantar que haja hoje um certo mal-estar entre a figura do gramático e os lingüistas de modo geral.

Uma possível explicação para essa divisão dos discursos sobre a língua pode ser a de que os trabalhos dedicados ao ensino da língua tenham tido dificuldade em sair do normativismo, visto que se inseriam no processo de construção da identidade nacional com todos os apagamentos que aí se estabeleceram. Os trabalhos descritivos, por sua vez, acabaram se desenvolvendo em âmbitos extra-escolares, além de não terem conseguido se impor sobre os primeiros de modo marcado.

Isso levou a gramatização brasileira a viver no confronto e no diálogo de dois discursos: o discurso das gramáticas (normativas) e o discurso das gramáticas (descritivas). Essa divisão bipartite se mantém após a NGB, mas assume um caráter totalmente diverso, dado o estancamento da função-autor que a NGB acaba por determinar.

Vejamos como se formula essa divisão nos trabalhos que citamos acima, sobretudo através das definições de “Gramática” que operam em que cada um dos textos:

3.4.1 O *DICCIONARIO GRAMMATICAL PORTUGUEZ DE J. A. PASSOS (1865)*

Primeira obra brasileira a trabalhar a questão da uniformização dos sentidos existentes para as gramáticas, o dicionário de Passos apresenta-se como uma gramática dicionarizada. Apresenta, assim como as gramáticas na definição de Auroux (1992:66), uma categorização das unidades, exemplos e regras para construção de enunciados. Sua diferença reside essencialmente no fato de possuir uma estrutura alfabética. Se a NGB é um instrumento lingüístico que trabalha a institucionalização dos sentidos num segundo nível, como dissemos, o dicionário de Passos ainda é um instrumento de primeiro nível, pois sua diferença em relação a uma gramática é apenas a estrutura alfabética. No mais, ele não se distingue de uma gramática em seus traços essenciais: *“Nesta Grammatica (...) achará o leitor a análise de muitos períodos em prosa e verso, a conjugação dos verbos irregulares, a definição dos prefixos latinos (...) além de outros extensos artigos sobre algumas palavras, de cujo acertado emprego depende o fallar puro e correcto de nosso idioma”*.

O estudo gramatical já é aqui o estudo do bem falar: *“É de tanto apreço em todas as nações cultas o aprofundado estudo da Lingua Nacional, que a par dos dictionarios geraes, que mostram e definem o sentido das palavras, abundam as grammaticas transcendentis, que explicam philosophicamente o mecanismo da linguagem”*. Estabelece-se uma perfeita relação entre os dicionários “gerais” e as gramáticas. Enquanto aqueles explicam o sentido das palavras, esta explica de que modo essas palavras se organizam.

Em relação à filiação do dicionário de Passos, trata-se de uma gramática sob os ditames da Gramática Filosófica:

“Grammatica (do grego gramma, leitura, escriptura).

Designa as regras geraes da linguagem, ou particulares de uma lingua; e também o livro que contém essas regras. Portanto a grammatica ou é geral ou particular, e nos ensina a falar e a escrever correctamente. A primeira é uma sciencia, a segunda é uma arte.

Conforme Duvivier, a Grammatica tem duas sortes de principios: uns de uma verdade immutavel e de uso universal; pertencem á natureza do pensamento, seguem a sua anályse e são seu resultado. Os outros são de uma verdade hypothetica, e dependente de convenções livres e variaveis; usados somente entre os povos que o adoptaram, sem perder o direito de modifical-os ou proscovel-os, quando ao uso assim aprouver. Os primeiros constituem a grammatica geral; os segundos são objecto de diversas grammaticas, v.g. da latina, franceza, portugueza, etc.

A Grammatica tem muita relação com a lógica, ou é por esta fortemente auxiliada; mas se devem confundir estas duas disciplinas. A Logica trata especialmente das operações do espirito, conceber, julgar e raciocinar; a Grammatica ocupa-se não só do intellectual, como do material das palavras, tendo por fim facilitar as duas operações conceber e julgar. Eis porque o bom grammatico é necessariamente logico; mas o philosopho pode deixar de ser bom grammatico se não atender ao mecanismo das vozes, á construção adoptada, aos idiotismos de uma lingua, etc.

Em mais rigorosa disntincção, a Logica tem por essencial objecto o ideal da expressão; a Grammatica a fôrma. Por isso a Logica ensina a conhecer se um pensamento ou juizo, é bom ou máo, falso ou verdadeiro; a Grammatica mostra se a frase ou o material do juizo expresso, está ou não na fôrma conveniente ou admissivel, para que este juizo seja suave e perfeitamente entendido.

Tambem a Rhetorica quando trata da elocução como ornato do discurso, a fim de melhor persuadir ou agradar, tem um ponto de contacto com a Grammatica; porém esta acaba onde a Rhetorica principia. Os tropos e outras bellezas da eloquencia estão alem das exigencias grammaticaes, e aliás não impedem que sejam guardados os preceitos da linguagem correcta; mas no desempenho dos de uma ou outra arte distingue-se o perfeito orador.

Vulgarmente se divide a Grammatica em quatro partes: Etymologia, Syntaxe, Prosodia e Orthographia. As duas primeiras tratam das palavras e phrases; as duas ultimas tratam das letras e syllabas. V. cada uma d'estas partes no logar respectivo, bem como Logica e Rhetorica.

Nota – Há preceitos que são comuns a todas as grammaticas, por serem objecto da Grammatica Geral, como as definições das diversas especies de palavras: e por isso aprendidos em uma lingua, é desnecessario repetil-os nas outras que se tenham de estudar. Depois de haver o menino estudado, por exemplo na lingua vernacula, o que é nome, verbo, conjunção, preposição, etc., para que cansar mais a sua memória com iguaes definições no latim, francez, inglez, só porque ás vezes differem em palavras, mas não na essencia? É somente preciso mostrar a differença no uso de taes cousas entre a lingua estranha e a nacional.

Alguns grammaticos, por querer prescindir da fórma das palavras, attendendo mais ao ideal da expressão, dão definições erroneas ou inexactas sobre o officio que algumas d'ellas exercem na oração, chamando, por exemplo, ao pronome se – particula que apassiva os verbos -, e outros affirmam que este nome é sujeito da proposição, quando (erradamente) se emprega com o verbo ser (V. pronome Se).

A fórma da expressão é que mostra gramaticalmente o officio da palavra, e não o sentido logico. Por exemplo, estas duas phrases - os discipulos respeitam o mestre; o mestre é respeitado pelos discipulos – são expressões identicas no sentido, mas differem na fórma: na primeira, discipulos é o sujeito, porque com este nome é que o verbo concorda; na segunda, discipulo é regime indirecto, porque está precedido de preposição, e mestre é o sujeito, porque o verbo concorda com este nome. Semelhantemente quando dizemos, v.g. Foram feitas duas casas, ou fizeram-se duas casas, o sentido é identico e as phrases são diversas quanto á natureza do verbo (em uma copulativo, n'outra activo): na primeira o participio feitas é attributo; na segunda o pronome se é regime directo, e em ambas casas é o sujeito, porque com este nome é que o verbo concorda.”

Aqui se vê uma distinção que a NGB impõe quanto aos limites da Gramática: “*esta acaba onde a Rhetorica principia. Os tropos e outras bellezas da eloquencia estão alem das exigencias grammaticaes, e aliás não impedem que sejam guardados os preceitos da linguagem correcta*”. Ou seja, as questões de estilística não fazem parte do quadro de uma gramática. É interessante também notar que Passos só considera ciência a Gramática Geral. A Gramática particular é uma arte, e suas prescrições podem ser modificadas “*quando ao uso assim aprouver*”. Assim, a relação entre a imutabilidade das leis do pensamento e as

leis que regulam o bem falar é mediada pelo fato de ser a linguagem forma. Sendo forma, é variável - segundo os limites precisos que fazem o juízo “*suave e perfeitamente entendido*”.

A diferença fundamental, neste e em outros casos que veremos é que a função-autor se dá aqui de modo muito diferente àquele em que se dá a NGB. A unidade do discurso de Passos é garantida por seu próprio nome, pelo nome de um sujeito que fala numa voz que é ainda pessoal, diferentemente do NGB, em que fala uma voz impessoal (o Estado), que apenas fixa os nomes das “coisas”.

Há, todavia, semelhanças, e a principal delas é a de não se dar lugar a outras vozes, outros discursos.

3.4.2 O DICIONÁRIO GRAMMATICAL DE FELISBERTO CARVALHO (1886)

Lançado poucos anos depois do dicionário de Passos, o dicionário de Felisberto de Carvalho tem com aquele muitas semelhanças. Também é um instrumento de primeiro nível, funcionando como uma gramática. Seu subtítulo, aliás, é “*Analyse Etymologica e Logica da Lingua Portugueza*”. Destina-se a “*auxiliar os estudantes de portuguez, nos exercicios de Analyse, assim como outro que se deve seguir, nos de Composição*”. Sua definição de Gramática, menos extensa que a que dá Passos, é contudo semelhante a deste último:

“Grammatica: Disciplina que tem por fim o conhecimento da palavra como um meio da expressão dos pensamentos.

Divide-se em geral e particular.

GRAMMATICA GERAL é a que ensina os principios immutaveis e geraes da palavra, communs a todas as linguas.

GRAMMATICA PARTICULAR é a que ensina os preceitos necessários para bem falar ou escrever uma lingua. Esta comprehende quatro partes: Etymologia, Syntaxe, Prosodia e Orthographia.”

A divisão das partes da gramática é a mesma, é também a mesma sua função: ensinar a falar e a escrever. O estudo descritivo ainda não aparece como parte dos dicionários, nem há conflito entre teorias diferenciadas. No campo dos dicionários gramaticais, até 1889, a gramática filosófica é o discurso predominante. Até o aparecimento do dicionário de João Ribeiro, os dicionários são apenas gramáticas em ordem alfabética, filiados ao discurso da gramática filosófica, e que se apresentam em torno de uma mesma voz. Com o surgimento do dicionário de João Ribeiro, uma nova forma de se inserir nesta problemática se dará.

3.4.3 O DICIONARIO GRAMMATICAL DE JOÃO RIBEIRO (1889)

O dicionário de João Ribeiro não se enquadra, a nosso ver, no mesmo tipo de orientação que leva a elaborar a NGB, o dicionário de Passos ou e Felisberto de Carvalho. De fato, ele é uma obra do mesmo tipo que o dicionário de Mattoso Câmara, representando bem as divisões de que falamos anteriormente entre dois modos de se considerar a questão dos dicionários e/ou nomenclaturas.

Se, por um lado, o dicionário de João Ribeiro também se vincula ao ensino e, desse modo, aos programas de Português instituídos pelo Estado, e, além disso, também procura

fornecer à gramática os “avanços” das ciências da linguagem, há aqui uma diferença que ressalta de seu trabalho. No caso de João Ribeiro, procura-se justamente inserir aquilo de que não trata Passos ou Felisberto: a Gramática Histórica.

A parte dedicada à Fonética é reduzida: “*não reduzi tudo á phonetica, como fazem agora os que substituem o estudo literário da língua por uma funebre autopsia dos elementos quasi inertes da linguagem e nisto cifram toda a sciencia grammatical*”. As definições também estão presentes e a estrutura é alfabética. Também João Ribeiro se coloca em oposição à análise lógica. Em outra obra (*Grammatica Portugueza*), afirma ele: “*sou pessoalmente infenso às doutrinas gerais de análise lógica, não porque sejam errôneas ou inadaptáveis ao ensino, mas porque não ensinam coisa alguma do idioma*”.

Mas a diferença fundamental, que faz do dicionário de Ribeiro o precursor de uma orientação diferente da que leva à NGB é a de procurar abrigar em seu discurso vozes outras: “*systematizei opiniões diversas, expuz as que eram divergentes, ou contradictorias, ressalvando o meu juizo pessoal, que frequentes vezes não é o mesmo das autoridades que invoquei*”. Sua definição de Gramática, muito mais extensa, prima pelo detalhismo:

“Grammatica: Varia conforme o entender e conforme o progresso das épocas o conceito que se tem feito da grammatica. A grammatica pode ser considerada sob muitos aspectos, e por isso são muitas as suas definições. Grammatica pratica – é o complexo de regras destinadas ao uso correcto de qualquer lingua. É como mais vulgarmente se define: a arte de escrever e falar correctamente [em nota: Correctamente, entende-se, conforme o uso ou praxe deduzida da autoridade dos doutos e dos escriptores classicos]. Mas como todas as regras representam fatos observados e reduzidos ás generalizações de que são susceptíveis, a grammatica póde e deve ser considerada a sciencia que tem por objecto os factos da linguagem. Observal-os, coordenal-os, eis o principal trabalho do grammatico. Apesar d’isto, como os factos da linguagem são modificaveis e susceptíveis de soffrer a intervenção do espirito na sua constituição, póde o grammatico constituir-se auctoridade e de alguma fórma, embora limitadamente, ordenar e

estatuir preceitos arrazoados que regularizem e fixem os usos da lingua. Essa influencia, porém, nem sempre é efectiva, e só se exerce em limitado domínio, no que diz respeito aos casos duvidosos. Grammatica geral, segundo a definição ordinariamente seguida, a sciencia dos princípios communs a todas as linguas. Esse estudo refere-se especialmente ás leis do pensamento e pertence á Lógica e á Psychologia. Sem essa extensão de significado, a grammatica geral póde ser applicada a um grupo ou familia de linguas de origem commum. Nesse caso póde determinar com maior nitidez os processos que as linguas homogeneas adaptam á expressão do pensamento. Grammatica comparativa é a que estuda os factos de uma lingua em relação aos de outra, no que ellas têm de commum ou de vario. Tambem nesse dominio, a comparação só tem evidente utilidade quando se trata de linguas congeneres, ou quando se tem em vista a pesquisa de afinidade entre as linguas. A grammatica comparativa foi fundada por F. Bopp definitivamente, quando determinou a grande familia aryana ou das linguas indo-europeias. Grammatica historica [em nota: Denominação de Brachet, o auctor da primeira Grammatica dita historica] é a sciencia dos factos da linguagem, estudados na sua evolução total, a partir das suas origens. Como não se póde estudar a historia das linguas modernas sem comparal-as, pois que exerceram entre si mutua e notavel influencia, a denominação Grammatica historico-comparativa é sempre preferível desde que se trata da historia das linguas romanas. A sciencia da grammatica nas linguas romanas derivou dos antigos estudos rhetoricos da escola de Alexandria, dos trabalhos de Dyonisio de Tracia, Varro, Quintiliano etc. Na idade média a cultura d'esse ramo das letras exerceu-se com os commentarios dos textos classicos latinos e hellenicos, e só mais tarde é que apareceram livros especiaes sobre os dialectos romanicos. Nos tempos modernos as grammaticas que maior preponderancia exerceram no domínio neo-latino foram as de Port Royal (sec. XVII), a de Lhomond (sec. XVIII), que serviram de molde a muitissimas outras. Na lingua portugueza são de notar pela influencia que exerceram nos estudos da lingua, os livros de D. Nunes de Lião (sec. XVI), João de Barros (id.), Lobato e nomeadamente a Grammatica philosophica de Jeronymo Soares Barbosa [em nota: A 1ª edição é de Lisboa, typ. Da Acad. R. das Sciencias, 1822, in 4º. Antes (em 1807) foi impressa do mesmo A. a grammatica comparada do lat. e do port. sob o titulo geral: As duas Linguas, impres. da Univers., Coimbra, s.d. A gram. phil. (1822) é publicação postuma, ordenada pela Academia. D'ahi sua enorme autoridade, não muito justificavel, mesmo para seu tempo.], que se tornou durante muitos annos o oraculo de todos os estudiosos.”

Em Passos e Felisberto, a definição de gramática é natural, isto é, é dada como se existisse apenas aquela. Já em Ribeiro nota-se o esforço de se historicizar a própria noção,

já que esta varia “conforme o entender e conforme o progresso das épocas (...) A grammatica pode ser considerada sob muitos aspectos, e por isso são muitas as suas definições”. A questão da normatividade, por sua vez, também é relativizada: “como os factos da linguagem são modificaveis e susceptiveis de soffrer a intervenção do espirito na sua constituição, póde o grammatico constituir-se auctoridade e de alguma fórma, embora limitadamente, ordenar e estatuir preceitos arrazoados que regularizem e fixem os usos da lingua. Essa influencia, porém, nem sempre é efectiva, e só se exerce em limitado domínio, no que diz respeito aos casos duvidosos”.

Como se vê, o trabalho de João Ribeiro caracteriza-se por uma tomada de posição frente aos discursos da gramática presentes, ao mesmo tempo que lhes dá lugar, mesmo que para depreciá-los. Não é o que ocorre anteriormente, como vimos. Muito mais importante é a compreensão que Ribeiro tem do trabalho do gramático normativo. A seu modo, Ribeiro percebe o papel ao mesmo tempo lingüístico e político do gramático, sua tomada de posição contraditoriamente descritiva e interpretativa dos “factos” da linguagem.

É também a primeira vez que um dicionário gramatical apresenta o seguinte verbete:

“Linguística – Entre os escriptores de diversos paizes há manifesta discordancia sobre o valor das denominações que recebe o estudo methodico da linguagem. Seria fastidioso repetir aqui os varios argumentos e polemicas que se desenvolveram a proposito do alcance dos tres termos linguística, glottologia e philologia. Tudo, porém, parece attestar que a opinião victoriosa ou pelo menos a que conta maior numero de adeptos, é a que considera a linguística sciencia dos factos da linguagem espontanea, popular, em todos os idiomas; e a philologia a sciencia dos factos literarios que se referem ás linguas. A philologia abrange a critica, o commentario dos textos antigos, a historia das linguas, principalmente naquillo que ellas possuem do elemento literario e culto; a linguística apenas estuda a linguagem como expressão do pensamento, como formula exterior articulada da intelligencia humana em acção. O termo linguística é usado especialmente pelos francezes, e corresponde á denominação de Sciencia da linguagem,

de uso commum entre os inglezes. A palavra glottologia tem a significação mais restrita, e estuda a linguagem apenas quanto aos factos phisyologicos, ás alterações dependentes dos órgãos vocaes. Essas denominações, porém, não estão sufficientemente fixadas por nenhum uso de grande generalidade entre os escriptores, e é bem provavel que ainda durante muito tempo continue a confusão [em nota: Na Allemanha (e raro na França) o termo philologia designa quasi toda a cultura de letras, artes, costumes, diplomacia, ephigraphia, etc. Vide S. Reinach. Man. phil. clas.]. A vasta extensão do termo philologia foi limitada por um adjectivo: philologia comparada e com esses ares não differe essencialmente da linguistica.”

Abre-se aqui o campo para uma distinção entre modos diferentes de abordagem da linguagem. Deixa de existir apenas a Gramática (ou o par Gramática – Retórica), para surgirem modos múltiplos de fazer frente aos “fatos” da linguagem. Ribeiro não se exime de tomar uma posição frente a essa multiplicidade de nomes, e de dar a estes sua definição e hierarquização, mas abre espaço para que, na sua voz, possam ser ouvidas também as vozes de que discorda.

É por isso que consideramos o dicionário de João Ribeiro o primeiro dicionário Gramatical brasileiro. As obras de Passos e Felisberto de Carvalho mantêm-se apenas como gramáticas dicionarizadas. Desse modo, o dicionário de Ribeiro pode ser considerado, ao contrário dos dicionários anteriores, um instrumento de institucionalização dos sentidos de segundo nível, pois funciona como um discurso sobre o discurso das gramáticas, e não como um discurso da gramática. Nesse sentido, a NGB se filia a este tipo de obra, mas não sentido fundamental, que é o de abrigar diferentes definições.

3.4.4 O LEXICO GRAMMATICAL DE FIRMINO COSTA (1934)

A obra de Firmino Costa representa um retorno às gramáticas dicionarizadas publicadas antes do dicionário de João Ribeiro. O autor afirma estar a gramática presa aos programas de ensino, enquanto o dicionário pode se ver livre dessa vinculação: “*ora, o ensino integral da língua não póde ficar preso a um programma determinado, visto que deve attender ás oportunidades oriundas do interesse da classe e do ambiente social*”. Por isso, pôde ele dar a esta empreitada a orientação de centrá-la nos estudos sobre o sentido: “*tomando por base o sentido das expressões, teremos o melhor criterio para resolver os casos grammaticaes ainda os mais controversos*”. Além disso, o dicionário de Firmino se insere no mesmo quadro dos trabalhos que buscam dar uma especificidade aos estudos lingüísticos brasileiros. Monteiro Lobato afirma sobre esta obra: “*(...) é já um bom passo á frente para a criação da grammatica brasileira*”. Laudelino Freire, por sua vez, julga o dicionário como uma obra “*completa, elaborada num ponto de vista propriamente original, e apresenta feição nova, conveniente ao ensino*”. Essas falas indicam a boa aceitação do trabalho de Firmino, que procura, como a NGB, orientar o ensino da língua portuguesa, uma vez que a gramática tem por função “*ensinar a escrever e falar bem*”.

Por outro lado, o dicionário não apresenta um estudo histórico (a Gramática Histórica), fato de que se defende o autor: “*similhante estudo deverá fazer parte de um curso superior de letras*”.

Mais importante é o fato de se darem dois lugares à Gramática: a Gramática (sem qualificativo, mas imediatamente associada à correção), e a Gramática Histórica (vista

como o estudo histórico-comparativo da língua). Fica então silenciado o estudo sincrônico de caráter puramente descritivo, e mesmo o estudo diacrônico fica vinculado ao estudo da comparação de diferentes formas de correção historicamente determinadas. Ou seja, a função-autor que se estabelece aqui só permite duas posições aos gramáticos: falar do presente da língua, ou estudar comparativamente seu passado, sempre nos moldes da gramática normativa. A definição de Gramática, aliás, não fala em norma, mas em estudo do sentido das expressões. Ora, é por aí que a idéia de norma acaba por entrar, mesmo que não formulada, já que se associa o “bem” pensar ao “bem” falar e escrever, como nos dicionários que vimos mais acima, à exceção de João Ribeiro.

“Grammatica – A palavra tem valor não tanto pela fôrma, mas principalmente porque exprime idéias e pensamentos. Póde-se dizer que a alma da palavra é o sentido, e que sua fôrma não passa de ser matéria percível. Ao passo que, com a conquista dos ares, veem rompendo novos termos, quaes os velivolos, os aviões, as aeronaves, os zepepins, os aviplanos, já neste trecho de um dos dialogos escritos por FRANCISCO DE MOARES não poucas palavras mortas ahi descansam:

‘Parecieis senhora dellas, vestida de fraldilha azul, com rofegos muito altos, mantilha tirada da amostra do panno, cingidouro de cataçol com maçanetas nos cabos, collarzinho de bufaro tomado por deante com fita de seda encarnada, camisa de gorgeira lavrada de preto, vossas botinhas muito justas com vossos alquorques.’

O sentido das palavras é representativo ou de uma idéa ou de uma combinação de idéas. A esta última se dá o nome de juízo, que na linguagem popular equivale a pensamento. Das expressões das idéas e dos pensamentos por meio da fala ou da escrita é que trata a gramática.

Taes expressões apresentam-se sob várias fôrmas: aqui, o termo virtude indicando uma idéa; alli, o verbo chove enunciando um pensamento; neste exemplo que tem coragem já se encontra um grupo de palavras expressivo de uma idéa; neste outro elle estuda muito, novo conjunto de palavras exprimindo um pensamento. Quer isoladas, quer reunidas, ahi estão palavras a representar idéas ou pensamentos.

Se dissermos Paulo é um homem probo, teremos enunciado um pensamento. A expressão do pensamento por meio de uma ou mais palavras tem o nome de proposição. Na

proposição citada há, entre outras, a palavra probó, que designa uma idéia. Esta mesma idéia poderá ser expressa por mais de uma palavra: - Paulo é um homem de probidade, ou então - Paulo é um homem que tem probidade. De probidade é o que se chama locução, que tem probidade é o que se denomina clausula. Considerando a proposição como a construção do pensamento, serão seus materiaes as palavras, as locuções e as clausulas. São estas as expressões das idéas, assim como a proposição é a expressão do pensamento.

Divide-se a gramática em duas partes: a lexiologia, que é o estudo das palavras, locuções e clausulas; a syntaxe, que trata das proposições.”

A Gramática Filosófica reapresenta-se aqui fortemente. As palavras são forma, que exprimem pensamentos. Nesse sentido, temos um retorno às obras anteriores ao dicionário de João Ribeiro. Trata-se de mais uma gramática em forma de dicionário. Não há espaço para a Gramática Histórica, some o verbete destinado à Lingüística, enfim, não temos nesse caso um instrumento de segundo nível, mas um discurso da gramática mesmo.

3.4.5 O LÉXICO DE NGB DE ANTENOR NASCENTES (1946)

Este trabalho de Antenor Nascentes, mais um a se inserir nas esteira dos trabalhos de Passos, Felisberto de Carvalho e Firmino Costa, impressiona pela pequena extensão. Veja-se a definição de gramática:

“Gramática – Exposição metódica dos fatos da linguagem. (Whitney, Essentials of English Grammar, Londres, 1887, pag. 4). Etimologicamente era a arte das letras (téchne grammatiké), a de ensinar a escrever e a ler.”

Entretanto, o dicionário de Antenor Nascentes é bastante peculiar e já se aproxima dos moldes da NGB. A questão é dar nomes às coisas: “*quais foram os homens que fizeram para a linguagem o que o marinheiro fez para as suas estrelas, o mineiro para os seus*

minerais, o jardineiro para suas flores?”. Isto é, quem, dentre os estudiosos da linguagem, procurou fixar os nomes dados a cada um dos elementos de que ela se constitui? Para Nascentes, *“na incapacidade de criar doutrinas, nossos gramáticos sofrem da mania de inventar nomes, de preferência complicados e de origem grega”*. A solução é simples: *“conservemos a tradição portuguesa e a nossa. Quanto menos termos e quanto mais simples, melhor”*. Isto é, como na NGB, há nomes demais e coisas de menos.

O importante é que aqui já temos um instrumento lingüístico mais próximo da NGB. Há apenas uma categorização das unidades e sua definição. Por isso, o dicionário de Nascentes não pode ser considerado uma gramática dicionarizada. Ele não apresenta exemplos, nem regras. Também não podemos aproximá-lo, sob esse ponto de vista, ao dicionário de João Ribeiro, pois ele não dá lugar a múltiplas definições. A forma específica da NGB já começa a se constituir, ainda mais se lembramos que Nascentes foi o presidente da comissão encarregada de elaborar a NGB.

3.4.6 O DICIONÁRIO DE FATOS GRAMATICAIIS DE MATTOSO CÂMARA (1956)

Apresentado ao público apenas um ano antes de o Ministro da Educação reunir a comissão que elaboraria a NGB, este livro de Mattoso Câmara Jr. possui muitas familiaridades com a obra de João Ribeiro há pouco apresentada.

Estão também aqui presentes a estrutura alfabética e a presença de definições. Como em Ribeiro, Mattoso procura sistematizar doutrinas divergentes, colocando sua posição em

meio às controvérsias. Um ponto bastante interessante deste trabalho é sua filiação explícita ao trabalho de João Ribeiro e sua negação do caráter de nomenclatura. Aqui, Mattoso aproxima-se de João Ribeiro, distanciando-se de Antenor Nascentes. Sua definição de Gramática, menor que a de João Ribeiro, introduz a descrição como elemento constitutivo:

“Gramática – Estudo de uma língua examinada como ‘sistema dos meios de expressão’ (Saussure, 1922, 185).

Mais estritamente é o estudo dos morfemas (v. morfema), ou MORFOLOGIA, e dos processos de estruturação do sintagma (v.). Pode-se acrescentar o estudo dos traços fônicos e da grafia correspondente, que permitem a apreensão lingüística pela distinção acústica dos elementos enunciados, na língua oral (v. fonologia e fonêmica), e, na língua escrita, a leitura do texto (v.). Trata, portanto, a gramática: a) dos fonemas e sua combinação; b) dos morfemas e sua estruturação no vocábulo (sintagma lexical); c) dos sintagmas dos vocábulos. Daí as suas três partes gerais, respectivamente: a) Fonologia; b) Morfologia; c) SINTAXE (v. frase).

Ao lado desta gramática propriamente dita, chamada descritiva, porque se propõe a fazer a DESCRIÇÃO da língua, há a tradicional gramática normativa, apresentação do que estabelece numa língua dada a sua disciplina gramatical (v.); é neste sentido que se diz de alguém que – fala ou escreve sem gramática.

Finalmente, nos estudos de diacronia lingüística (v.) chama-se gramática histórica à apresentação metódica da história interna (v.) de uma língua; isto foi feito, pela primeira vez para o português, pelo professor suíço Jules Cornu (Cornu, 1888). Ainda no estudo diacrônico há a gramática comparativa, quando se aplica metodicamente o comparatismo (v.) a uma família lingüística (v.) restrita ou lata. A língua portuguesa entra na gramática comparativa das línguas românicas (família restrita) e na gramática comparativa das línguas indo-européias (família lata).”

Além disso, retorna o verbete dedicado à Lingüística:

“Lingüística – O estudo da linguagem humana (v.), mas considerada na base de sua manifestação como língua (v.). Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos lingüísticos – a) numa dada língua, b) numa família ou bloco de línguas, c) nas línguas em geral, para depreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da faculdade da linguagem entre os homens. Há assim, portanto: a) a lingüística especial (portuguesa, francesa, etc.), b) a lingüísti-

ca comparativa (indo-européia, canito-semítica etc.), c) a lingüística geral. São pouco usuais os termos equivalentes de GLÓTICA ou GLOTOLOGIA, cujo raiz é o termo grego para 'língua'. Por outro lado, não são termos equivalentes a gramática (v.) em qualquer de suas acepções, e a filologia (v.), que pressupõe uma língua culta e uma língua escrita.

A lingüística é uma ciência recente, pois data do séc. XIX o estudo científico e desinteressado dos fenômenos lingüísticos. A princípio concentrava-se nos fenômenos de mudança lingüística através do tempo (v. diacronia) como lingüística comparativa, especialmente indo-européia, baseada na técnica do comparatismo. Hoje alargou-se-lhe o âmbito, distinguindo-se, ao lado do estudo histórico (lingüística diacrônica), o estudo descritivo (lingüística sincrônica), porque 'a fixidez aparente da língua, sendo uma realidade social, é a que permite funcionar nos grupos humanos como meio essencial de comunicação e esteio de toda a vida mental – individual e coletiva' (Camara, 1959, 42-3) (v. sincronia).

A lingüística é uma ciência antropológica, referente ao homem e à sua cultura (v.), como a sociologia, a antropologia cultural e a psicologia coletiva; mas também assenta em dados das ciências biofísicas, ou da Natureza, como a biologia, a física acústica, porque a língua decorre da enunciação vocal, biologicamente articulada pelo aparelho fonador e apreendida pelo aparelho auditivo.

À lingüística sincrônica especial, referente à língua portuguesa, ou lingüística portuguesa sincrônica, cabe estudar o sistema básico de fonemas de formas, de construções vocabulares e frasais, de que se servem os falantes em português, e a diversificação desse sistema de acordo com a extensão da língua no espaço (falares e dialetos) (v. dialetologia), com as camadas sociais (gíria, língua culta, língua literária), com as condições de funcionamento (língua falada, língua escrita). Também cabe-lhe estudar a linguagem afetiva, chamando-se então estilística (v.).

A lingüística diacrônica especial, referente à língua portuguesa, ou lingüística portuguesa diacrônica, focaliza a história (v.) externa e interna da língua.

A lingüística comparativa especial, referente à língua portuguesa, situa-se no quadro mais geral das línguas românicas e constitui a lingüística comparativa românica."

Como se pode observar, o dicionário de Mattoso Câmara filia-se diretamente ao dicionário de João Ribeiro, seja por dar lugar a diferentes definições, seja por abrir um espaço para o saber descritivo sobre a língua.

No entanto, há diferentes modos de se agrupar as obras de que falamos sucintamente aqui, segundo as semelhanças e diferenças que se queiram eleger para organizar as divisões. No capítulo a seguir, trataremos dessas questões.

3.4.7 ENTRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS...

Como vimos, há muitos pontos de contato entre esses trabalhos precusores da NGB, assim como lugares de afastamento. Segundo seu papel discursivo, podemos reconhecer algumas formas diversas em que esses trabalhos se organizam:

1a) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos sobre a língua, sendo portanto reguladores de sentido em primeiro nível, formalmente muito semelhantes às gramáticas = com exceção da estrutura em ordem alfabética. Discursivamente, desempenham o mesmo papel da gramática, instituindo sentidos quanto à língua nacional e ao sujeito dela. Enquadram-se nesse espaço as obras de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Firmino Costa;

1b) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre discursos sobre a língua, regulando os sentidos em segundo nível, na medida em que seu funcionamento não incide diretamente sobre os sentidos da língua nacional e seu sujeito, mas sobre as gramáticas, e estas sobre tais sentidos. Assim, a institucionalização de sentidos que tais trabalhos fazem funcionar se dão num nível que sobredetermina a gramática. Aqui, colocaríamos os dicionários de João Ribeiro, Antenor Nascentes e Mattoso Câmara.

Quando aos espaços que abrem em relação ao estudo da língua, podemos dividi-los segundo o lugar que dão à norma e descrição:

2a) dicionários e léxicos gramaticais que instituem um sentido dividido para as gramáticas, sempre no sentido normativo. Um deles, vinculado à “ descrição” de um estado presente, outro de um estado anterior da língua. Enquadraria aqui a obra de Firmino Costa;

2b) dicionários e léxicos gramaticais que instituem apenas um sentido para as gramáticas, seja ele normativo ou descritivo. Aqui colocam-se os dicionários de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Antenor Nascentes;

2c) dicionários e léxicos gramaticais que atribuem à gramática um estatuto diferenciado segundo os objetivos a que esta se proponha. Assim, ao estudo normativo pode contrapor-se o estudo histórico, descritivo, etc. Entram aqui Mattoso Câmara Jr. e João Ribeiro.

Desse modo, pode-se dizer que o anteprojeto inicial da NGB filia-se diretamente ao funcionamento explicitado em 1a, e seu projeto final, ao contrário, filia-se de modo mais direto aos trabalhos descritos sobre 1b. Certamente a entrada do Estado de modo marcado no processo de constituição de uma terminologia, como acontece na NGB, explica que o anteprojeto inicial tenha sido profundamente alterado. De fato, sua aprovação provocaria um silêncio local sobre os trabalhos lingüísticos, e a figura do gramático seria altamente prescindível. A relação se daria apenas entre NGB e professor, sem a intermediação do gramático que ocorre logo após sua implementação (cf. Mais abaixo). O projeto final aprovado, em vez de incidir diretamente sobre o saber lingüístico, é um discurso sobre esse saber, funcionando em segundo nível e permitindo assim ao gramático um espaço de trabalho de que ele soube se ocupar muito bem ao longo da história. Diríamos que a NGB, nesse

caso, passa a ser um silenciamento constitutivo. É através deste silenciamento que os gramáticos podem se constituir enquanto autores. Essa constituição, é claro, é diferente daquela que sustentava os gramáticos do final do século passado e início deste, justamente porque aquilo que limita e organiza seu dizer não é o mesmo. A NGB, nunca é demais dizer, funciona a partir do Estado, e não a partir da Ciência.

Isso pressupõe que os silêncios signifiquem em (de) outro lugar, e eles significam. Trabalhos como os de Mattoso Câmara e João Ribeiro serão continuamente reeditados, e sua posição em relação à constituição de uma terminologia, frontalmente oposto ao da NGB, continuará a fazer sentido, mesmo que fora do Estado.

3.5 A GRAMÁTICA BRASILEIRA APÓS A NGB

As modificações que a NGB introduz na história da gramatização brasileira estão relacionadas a sua forma enquanto objeto simbólico. Nas relações de significação, o estatuto dos objetos simbólicos é determinante das alterações/reproduções de sentido que ele introduz no campo discursivo.

Nesse sentido, a NGB pode ser considerada como um *discurso fundador* (Orlandi, 1993), já que se trata de um texto que abre (e fecha) espaços no formulável, restringindo ou abrindo seus limites, produzindo as regras de constituição de novos textos. A materialidade da NGB (uma nomenclatura) é diferente da materialidade de uma gramática ou de um dicionário, por exemplo, e isso é relevante na análise discursiva desse objeto.

As nomenclaturas gramaticais, como é o caso da NGB, são instrumentos bastante específicos em sua forma. Antes da NGB, havia aquela divisão de que falamos, entre obras de cunho gramatical mesmo – diferindo da gramática apenas pela forma alfabética - e dicionários gramaticais. Os dicionários, como os de Mattoso Câmara ou João Ribeiro, significam tomadas de posição do autor em relação aos nomes que organiza em seu corpo. Assim, a função autor aparece de modo mais claro, e filiada a uma teoria (ou a teorias) que a sustentam. O primeiro anteprojeto da NGB se insere nesse quadro. Os nomes vêm, como vimos, todos acompanhados de uma definição. A diferença é que aqui as filiações teóricas são bastante díspares, e só adquirem uniformidade por serem objeto de uma política estatal. Como no final do século XIX, em que as diferentes filiações teóricas ganhavam unidade pelo seu investimento na questão da língua nacional, a NGB só é uniforme no sentido de ser sustentada pelo Estado. A diferença desse tipo de objeto e uma gramática estaria no fato de não apresentar exemplos, parte essencial do discurso da gramática (Auroux, 1992:66). O anteprojeto final da NGB, contudo, abandona todas as definições e deixa de aproximar-se dos dicionários gramaticais e das próprias gramáticas dicionarizadas.

Devido a isso, é razoável atribuir à NGB um estatuto diferenciado em relação a todas as obras anteriores. Se ela se filia ainda aos dicionários de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho, Firmino Costa e Antenor Nascentes por não apresentar definições múltiplas, afasta-se deles por não apresentar definição nenhuma.

Um outro ponto em que ela se distancia também dessas obras é a estruturação hierárquica de cada categoria e de suas divisões. O que se pode depreender disso tudo é que as nomenclaturas são instrumentos inovadores em sua concepção e objetivos. Diferentemente

das obras anteriores, a NGB precisa ser interpretada, definida, exemplificada, comentada... É apenas um esqueleto contendo aquilo de que deve tratar uma gramática.

Em seu aspecto discursivo, as nomenclaturas gramaticais funcionam como um *discurso sobre a metalíngua e regulam o papel da autoria* no discurso em segundo nível. Elas não são, como as gramáticas, um discurso sobre a língua. Elas, como instrumentos que explicitamos em 1b, são discursos sobre as gramáticas. Assim, o fato de elas operarem num segundo nível, condiciona o modo de apreensão das mesmas pelo discurso gramatical.

O que ocorre é que o discurso da NGB, após um período *interpretativo* que é negado – como mostramos mais acima – se torna, após esse período, a *memória* que permite às gramáticas fazerem sentido. São, portanto, espaços de remissão que permitem aos autores de gramáticas se afirmarem enquanto tais. Nesse sentido é que a NGB é um discurso fundador, no sentido de que *funda uma memória*, inaugurando um saber discursivo que passa a ser referência para que a terminologia faça sentido. Seu acontecimento, no entanto, por situar-se em um momento diferenciado da constituição do Estado brasileiro, dá-se numa configuração e numa forma diversas àquela em que se dão as obras anteriores.

No momento de formulação da NGB, “*la question de l’Etat étant déjà réglé avec l’indépendance et la République, la production des grammaires prend un autre sens et une autre forme au Xxème siècle*”²¹. Assim, “*l’explicitation progressive de l’image de l’Etat s’accompagne de la caractérisation de la question linguistique comme une question scientifique*”²². Temos, então, a constituição cada vez mais consolidada do Estado brasileiro e, em consequência, sua explicitação progressiva através de políticas (no caso, lingüísticas) que se

²¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Metalangage et grammatisation au Brésil: le rapport Grammaire/Philologie/Linguistique*. Mimeo, 1998, pág. 3.

fazem sob a égide do “científico”. É em resposta a esse movimento que a NGB opera, e é só sob tal configuração que ela poderia fazer sentido. Note-se que uma das “Normas preliminares de trabalho” da nomenclatura preceituava a “*exatidão científica do termo*”. O científico tomado aqui em seu sentido Positivista, é claro, pois há outras posições “científicas” como as de Mattoso Câmara que são deixadas de lado.

Um dos efeitos mais evidentes da NGB é que seu objetivo de padronizar a gramática brasileira foi atingido de forma bastante eficaz. Uma rápida olhadela pelas gramáticas posteriores a ela basta para que nos certifiquemos de que ela erigiu uma espécie de “modelo” de gramática seguido de forma bastante regular (três níveis de análise, dez partes do discurso etc.). É claro que as gramáticas não são todas iguais, mas o roteiro que a NGB sugere tem sido seguido predominantemente. Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, cuja gramática teve o maior número de edições e leitores até a NGB, irá gradativamente desaparecer, na medida em que seu falecimento impede a adaptação de sua gramática à nova nomenclatura. Rocha Lima, ao contrário, lança logo em seguida à NGB uma gramática quase que inteiramente baseada nela e que é reeditada até hoje. O que esses fatos revelam é que a NGB impõe uma transformação no discurso gramatical. Os próprios títulos das gramáticas lançadas em seguida materializam esse acontecimento: as gramáticas *exemplificam, definem, interpretam e explicam* a NGB. O gramático passa a ser aquele que *comenta* a nomenclatura.

É aqui que entra o período interpretativo que mencionamos acima. Os termos serão explicados, comentados, interpretados. Isso se dá através da profusão de gramáticas que visam dar sentido à terminologia da NGB. São os *gestos de interpretação* que irão definir o sentido de cada termo. Como dito acima, as gramáticas publicadas no período imediata-

²² Idem, *ibidem*.

mente posterior à NGB já trazem em seu título uma pista da modificação da função-autor de gramáticas:

Pequena gramática para explicação da NGB. Adriano da Gama Kury. 1961.

Gramática Metódica da Língua Portuguesa – de acordo com a NGB. Napoleão Mendes de Almeida. 1960.

Moderna Gramática Portuguesa – com base na NGB. Evanildo Bechara. 1960.

Nomenclatura Gramatical Brasileira. Texto comentado por Antenor Nascentes. 1959.

E seguem-se muitos títulos semelhantes... Que indicam os gestos de interpretação ocorrendo, limitando e definindo os nomes “vazios” que a nomenclatura propunha. Mais importantes ainda são os “concursos de interpretação” promovidos em seguida à implementação da NGB. Todos esses acontecimentos exemplificam bem os gestos de interpretação que fazem do texto da NGB algo muito maior que sua materialidade empírica. Às 29 páginas do texto oficial vão-se adicionando todos esses outros textos, que conferem sentidos a cada um dos “nomes”. Esses mecanismos, aliados à prática pedagógica do professor de português, são aquilo que Pêcheux (1994:57) chamou de “*enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades geram a memória coletiva*”. E obtém sucesso: basta ver as gramáticas atuais, em que a referência à nomenclatura é quase que inexistente, embora ela seja seguida do início ao fim. Assim, a NGB é mais do que seu texto. A NGB é o resultado discursivo de todos esses gestos de interpretação que lhe atribuem um sentido.

A questão da terminologia das gramáticas, aliás, já era fruto de discussões muito antes da década de 50. Em 1921, Antenor Nascentes sugeria à Liga Pedagógica que uma comissão recolhesse em todas as gramáticas as diferentes denominações e, “*impressa a lista das denominações, será ela remetida a todos os professores de português dos quais a Liga*

tiver conhecimento, marcando-se um prazo de três meses para eles devolverem a lista, indicando as denominações que preferem e expondo as razões, caso o queiram²³”. Antes disso, João Ribeiro já se irritava: “Essa mania de arquetetar nomes técnicos na maior parte insignificantes, nasceu, ao que parece, do gênio francês e inglês que, assim, criou um vocabulário científico de grandes proporções²⁴”.

Mas, como vimos, houve modos diferentes de se posicionar frente ao problema. No caso da NGB, a redução de tudo a um problema de designação múltipla permite que se diga que ela irá uniformizar e simplificar. Feita essa uniformização e simplificação, basta aos gramáticos comentarem os nomes elegidos, esquecendo-se dos que ficam excluídos.

Assim, o momento interpretativo que se segue à NGB dá a esta um sentido, que basta ao gramático *repetir*. Se é verdade que o gramático “*ne peut plus que répéter*²⁵”, isso se dá no segundo momento após a NGB. No primeiro momento, ele não é o que repete, mas o que dá sentido. Depois, institucionalizado o sentido, a função do gramático deixa de ser a de interpretar ou comentar a nomenclatura, agora ele é aquele que repete o que está dito na NGB.

Isso não significa, entretanto, que não haja possibilidade de deslizamento de sentidos. Pelo contrário, as gramáticas atuais mostram que vinga “*em outros lugares o que não vinga em um lugar determinado. O sentido não pára, ele muda de caminho*²⁶”. A autoria no discurso gramatical muda completamente após a NGB, mas isso não se faz de uma vez por todas nem perfeitamente. Como já dissemos (Baldini, 1997:8), “*recusas, restrições ou*

²³ NASCENTES, Antenor. *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro, 1946, pág. 109.

²⁴ APUD NASCENTES, Antenor. Op. Cit., pág. 11.

²⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit. pág. 4.

negações à NGB acontecem, mas seguem o princípio do comentário exposto por Foucault: são notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices; tudo que a NGB não prevê só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente". Mais além, o que ocorre no segundo momento é que o enunciatador é apagado. A NGB passa a ser a "Gramática", e não o projeto de uma comissão²⁷, seguidamente interpretado. O apagamento das referências à NGB nas gramáticas mais distantes de 1959 evidenciam esse processo, pelo qual um objeto histórico se torna a-histórico. Tudo torna-se evidência: o que é um "adjetivo", que falamos a "língua portuguesa", etc. Por ser um discurso sobre a metalíngua, a NGB regula a autoria fixando certos sentidos. Os "discursos sobre" são as instâncias fundamentais de institucionalização dos sentidos. É através desse tipo de discurso que a memória discursiva é organizada, disciplinada e reduzida (Orlandi, 1990).

Embora após a NGB os lugares reservados à Lingüística e à Gramática adquiriram nitidez e maior espessura em suas fronteiras, esse momento imediatamente posterior à publicação da nomenclatura ainda mostra uma certa absorção do discurso da Lingüística pelo discurso da Gramática. Que tal fato não tenha permanecido historicamente pode-se explicar certamente pela resistência de Mattoso Câmara a essa absorção, e que indica a relação entre falar do lugar do Estado e falar de fora dele. Nesse relação é que se pode pensar em uma gramática diferente daquela que a NGB impôs há três décadas.

²⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995, página 13.

²⁷ Dessa comissão faziam parte: Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (Filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, assessorados na redação final por Serafim Pereira da Silva Neto, Antônio José Chediak e Sílvio Edmundo Elia.

4 A GRAMÁTICA POSSÍVEL

Falar sobre uma gramática diferenciada das que existem atualmente é se mover num terreno bastante escorregadio. O risco maior é o de se inserir no discurso dominante das gramáticas e falar a partir dele, ou o de se perder exatamente o papel específico da gramática na vida nacional.

As gramáticas desempenham uma papel fundamental na construção da identidade nacional e na ampliação do saber lingüístico do sujeito. Como mostra Auroux (1992), a existência de gramáticas e dicionários só pode ser explicada se levamos em conta que elas ampliam a capacidade lingüística dos falantes. Elas tem, por assim dizer, um valor técnico essencial. São, além disso, instrumentos do Estado que, como afirmamos anteriormente, age sempre sob o princípio da unidade. Os silenciamentos que a NGB e outros instrumentos lingüísticos anteriores produzem são constitutivos de nossa identidade enquanto brasileiros. No entanto, como vimos na NGB, os silenciamentos que ela produz de diferentes concepções teóricas e de modos de abordar a linguagem não eram, de nenhum modo, a única possibilidade histórica.

Temos, atualmente, uma diversidade teórica no campo dos estudos lingüísticos que não se vê na gramática. A uniformização que a NGB impõe em sua alteração da função-autor das gramáticas não permite que os avanços dos estudos lingüísticos permeiem o saber gramatical, a não ser de modo estranhamente deformado. É o caso de gramáticas que assumem “moderadamente” algumas inovações da Lingüística sem que isso altere o quadro de categorias já previsto pela NGB. Mais uma vez, tudo se resume a uma questão de “roupa-

gem” das gramáticas, sem que elas sejam alteradas em sua essência. A questão continua sendo a de melhor “descrever” para melhor “normatizar”.

Bechara (1995) acusa a Lingüística de ser o pelourinho da Gramática sem enriquecê-la com sucedâneos, além de ser um campo de oposições tão fortes que não permitem afirmá-la enquanto campo unitário. Ora, esperar que a Lingüística neutralize diferentes concepções teóricas internas ao campo para só assim poder indicar caminhos diversos à gramática é fruto de uma concepção errônea da natureza do trabalho desta ciência, no mesmo sentido das indefinições entre Gramática e Lingüística no período imediatamente posterior à NGB. Ademais, esperar que a Lingüística possa enriquecer o trabalho da Gramática sem alterá-lo em sua própria estrutura e finalidade é distinguir demasiadamente dois campos que estão sempre em comunicação.

Opor-se à Lingüística, ou acusá-la de falta de homogeneidade, são posições fáceis para os gramáticos, mas que não resolvem a questão. A nosso ver, a resolução de tal questão só pode se iniciar se a própria concepção do que seja uma gramática se altere. Isso implica que não se confundam os papéis dos gramáticos e dos lingüistas, mas também que não deixe de haver comunicação entre estes. Não é o caso de o gramático se subordinar ao lingüista, nem de este último fornecer àquele suas descobertas para que ele possa, de seu lugar, propor modificações nas gramáticas, mas de se estabelecer um campo de diálogo em que seja reconhecida a diferença e ao mesmo tempo a unidade entre essas duas figuras.

Entram, nesse ponto, duas questões fundamentais das gramáticas: a questão da presença do Estado, uma vez que se trata de instrumento pedagógico-político, e a questão da escrita. As gramáticas anteriores à NGB, em sua maioria, mesmo quando se assumiam

como não normativas, normatizavam pelo recurso à análise da escrita como exemplo. Assim, a oralidade se perdia e se estabelecia cada vez mais o distanciamento entre o padrão exigido pelas gramáticas e os padrões encontrados na oralidade. Por outro lado, a exigência de uniformidade pelo Estado faz das gramáticas corpos a-teóricos²⁸. Como conciliar as diferentes concepções da Lingüística e essa exigência de uniformidade pelo Estado é uma pergunta de resposta difícil. Tão difícil quanto essa questão é a de se saber como lidar com o fato de que a gramática tem por função primordial a de estabilizar a relação do aluno com a escrita e com a língua nacional. Esse é um ponto essencial: para as gramáticas, o que interessa não é a língua em si, mas a língua enquanto elemento de constituição da identidade nacional. Conciliar essa necessidade e o saber que a lingüística pode proporcionar passa, em primeiro lugar, pela aceitação de que há vários e diversos modos de abordar a linguagem, e todos eles implicam em considerações que fogem do campo estritamente lingüístico.

Não há, como se percebe, modo fácil de tratar o problema. O lingüista não pode ver no gramático um subalterno nem ignorar que a Lingüística tem importantes relações com a Gramática. De fato, a divisão Gramática – Lingüística se constitui não somente pelos lugares que o Estado atribui a cada campo em suas políticas, mas também pelas posições assumidas pelos sujeitos de seus discursos ao longo da história. Talvez fosse essencial que a Lingüística ocupasse cada vez mais o espaço dessa divisão, assumindo que seu saber tem uma relação fundamental com a questão da norma.

Não se trata de, como dissemos, dar “novas roupas” à Gramática tal como ela se configurou após a NGB, mas pensar profundamente que alterações seriam possíveis e necessárias em sua natureza e estrutura. Um investimento no tratamento desse problema joga

²⁸ De fato, como pretendemos ter mostrado, a-teórico significa, no caso das gramáticas pós-NGB, Positivista.

com a questão política em essência, fazendo-nos pensar sobre o próprio papel de uma Gramática enquanto instrumento de uma sociedade. Tal como ela existe, na oposição entre “selvagens” e “civilizados” (ou a outra maneira de instituir a divisão, entre “alfabetizados” e “não alfabetizados”), em resumo, entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem a língua, a Gramática só pode ser classificada como instrumento que mantém um discurso autoritário. Não podemos nos eximir de considerar que intervir na questão do ensino é intervir politicamente. E intervir politicamente não precisa significar que existe sinonímia entre norma e autoritarismo.

Num momento em que se discute a necessidade de existência do ensino público, não é demais inserir a problemática das gramáticas enquanto instrumentos do Estado, pensando se a unidade que este exige precisa necessariamente passar pelo apagamento das diferenças. Aqui tocamos em algo muito profundo e que foge da consideração do problema como uma questão meramente técnica ou metodológica. O problema todo se concentra na forma do Estado: como sabemos, vivemos num Estado burguês. O Estado burguês se caracteriza pelo reconhecimento das diferenças, ao mesmo tempo em procura anulá-las: “*o discurso da burguesia se caracteriza pela proclamação do ideal de igualdade, ao mesmo tempo em que organiza uma desigualdade real*” (Orlandi, 1988:36). Mas como fazer com que o Estado possa abrigar a diversidade reinante, se este só pode existir em nome de uma unidade imaginária que as gramáticas, entre outros instrumentos, ajudam a construir e institucionalizar?

Não é à toa que o dicionário de Mattoso Câmara exista até hoje, e seu título tenha passado de *Dicionário de Fatos Gramaticais* a *Dicionário de Filologia e Gramática* e, finalmente, a *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Há aqui uma movimentação de sentidos que mostra que, para falar, é preciso repetir e encontrar no repetível o motor da mudan-

ça. Ou seja, é preciso construir seu lugar de sujeito. Por outro lado, também não é à toa que a NGB nunca tenha mudado de nome e, aliás, seu nome tenha se apagado ao longo do tempo. Longe de indicar seu desaparecimento, isso indica mesmo que a memória se constrói pelo esquecimento. A relação entre esses dois movimentos mostra que a divisão Gramática – Lingüística estabelecida no discurso atual é passível de deslizamento, mudança, deriva.

Mostra também que mais que pensar em como o Estado pode abrigar em sua unidade a diversidade real, o cerne da questão está em construir, fora do Estado, espaços onde dizeres outros possam fazer sentido e relacionar-se com aqueles de que o Estado toma a voz e aos quais empresta sua força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja qual for o ponto de vista adotado na análise da NGB, não se pode negar que a nomenclatura suscita tantas e tão variadas questões que o pesquisador somente tem por auxílio diante da enormidade de indagações que surgem aferrar-se a um determinado aspecto da nomenclatura e procurar desenvolver, nesse campo restrito, um trabalho teórico. Foi isso que tentamos fazer neste trabalho. Não pretendemos esgotar todos os problemas que uma análise da NGB levanta, procurando fixar nosso olhar na questão da autoria das gramáticas antes e após a NGB, sempre sob a tomada de posição teórica que é filiar-se à Análise do Discurso de Linha Francesa.

Dentro desses limites que conferimos a nosso trabalho, podemos fazer algumas afirmações em relação à análise que desenvolvemos. A primeira, e sem dúvida a mais importante, é que a NGB institui no campo do saber sobre a língua, uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor. Ela fixa, de modo determinante, a normatividade enquanto padrão de ensino, e por isso mesmo divorcia-se da Lingüística que começava a caminhar naquele tempo. Há também que se considerar que a NGB começa muito antes da própria NGB, isto é, a questão da terminologia gramatical surge com a própria questão das gramáticas brasileiras no século XIX, sendo a NGB o ponto culminante do desenvolvimento de uma questão em que estavam em jogo o ensino, a língua nacional, a escrita.

A NGB é parte de um processo que, a rigor, não está nem nunca estará terminado. No século XIX, os autores de gramática não só exigem uma gramática brasileira, mas começam a se organizar em torno de uma terminologia brasileira que sustente esta gramática. Conforme tentamos demonstrar, os trabalhos publicados previamente à NGB fizeram isso de modo distinto e variado. A distinção que estabelecemos anteriormente entre trabalhos que funcionavam como gramáticas dicionarizadas e outros que funcionavam como discursos sobre as gramáticas mostra que houve um desenvolvimento do problema no sentido de se criarem obras que, não sendo gramáticas, sobre elas incidissem e controlassem seu funcionamento. Para nós, em toda essa progressão, há dois momentos extremamente importantes e que revelam uma orientação diferente na resolução do problema: o lançamento dos dicionários de Antenor Nascentes e Mattoso Câmara Jr. Nos dois casos, temos o fim das gramáticas dicionarizadas, dando lugar a obras que, como a NGB, são discursos-sobre as gramáticas. Também nos dois casos, temos a presença marcada do discurso positivista. Po-

rém, não se trata do mesmo Positivismo... Em Nascentes, é claro o Positivismo dos nomes demais para a mesma coisa. Em Mattoso Câmara, o Positivismo dos “fatos” que podem ser “interpretados” de múltiplos modos...

A construção desses artefatos mostra a diferença que havia em relação ao século XIX no tocante à questão gramatical. No século passado, a busca de uma identidade nacional pela autoria de gramáticas; depois, a busca de controle sobre essas gramáticas na forma de discursos que visavam a controlar o saber do gramático e dar-lhe unidade. Até que se chega à NGB, em que este controle é feito de forma oficial, pelo Estado. Neste ponto cabe a distinção entre a *uniformidade* e a *unidade*. O que nossa análise nos ressaltou é que, com a entrada do Estado de forma explícita nesse processo, a questão deixa de ser a de dar *unidade* ao discurso das gramáticas, passando a ser a de lhe dar *uniformidade*. Para nós, obras como as de Mattoso Câmara ou a de João Ribeiro trabalham no sentido da unidade, pois seu discurso está perpassado por discursos outros, mesmo opostos, numa tentativa de, em meio à multiplicidade de pontos de vista, construir um lugar de tomada de posição. Em Antenor Nascentes e na NGB, o que há é justamente o apagamento das múltiplas formas de o sujeito se colocar como autor de gramáticas. Esse apagamento funciona de modo a estabelecer não a multiplicidade de posições, mas o fato de que há, *para a mesma coisa, nomes demais*. A questão toda se reduz a uma uniformização do discurso da gramática. As diferenças se apagam, como se nunca tivessem existido, dando lugar à questão de se eleger o nome mais simples, mais claro, mais exato, mais científico.

Mas o que se apaga resiste, o que demonstra que a história é feita mesmo desses retornos, dessas vozes que falam mesmo quando se as quer calar. Logo após a NGB, como mostramos, os concursos de interpretação, as palestras, os seminários sobre a NGB de-

monstram que foi preciso todo um trabalho interpretativo e regulador para que se fixassem os sentidos dos nomes que a NGB impunha aos gramáticos. Era preciso indicar quais nomes caíam, por quais eram substituídos, o que significavam. Se o sentido estivesse pronto, a NGB seria realmente somente o texto que apresentamos como anexo. Ela é mais que isso porque se compõe de tudo o que se falou a respeito dela, e que de fato era mais a própria NGB falando. Esse movimento interpretativo indicava tomadas de posição do sujeito frente ao já-dito, ao interdiscurso, e que construía ao mesmo tempo o efeito de literalidade de cada nome.

Em aparência, era um excesso. Por que falar-se tanto e tanto na NGB? Porém, essa aparência esconde que não se falava na NGB, era a própria NGB que falava através das posições que os gramáticos assumiam frente àqueles nomes. Todo esse aparente excesso revelava de fato a falta, no estatuto oficial, dos mecanismos que controlariam e organizariam a NGB. Depois, como também procuramos mostrar, esse trabalho foi “esquecido”. A NGB passa a fazer sentido por ter sido saturada. Têm-se realmente a impressão de que havia mesmo nomes demais, já que os que restavam bastavam para dar forma ao discurso da gramática.

Esse mecanismo de saturação da NGB foi feito pelas paráfrases que iam se estabelecendo entre aqueles nomes e suas definições. O que é Gramática? É aquilo que Saussure chama de *Linguística Sincrônica*. Isso que pode nos parecer uma incongruência atualmente confirma que nas paráfrases não contam especificamente as formas linguísticas em si, mas seu valor enquanto discurso, as posições que os sujeitos assumem em relação a elas. Diante do elenco de nomes que a NGB apresentava, os gramáticos tomavam sua posição, recortavam em meio ao já-dito o sentido que se procurava estabelecer. No final das contas, apaga-

se esse enorme trabalho em que os gestos de interpretação davam direção ao discurso da NGB, e institui-se o efeito de que, na própria NGB enquanto texto, empiricamente falando, já está tudo: os nomes e seus sentidos.

Ao lado disso, o dicionário de Mattoso Câmara, a nosso ver, funciona como contraponto. Ele se desenvolve, muda de título, abriga novos conceitos, entrega-se ao jogo da história ao mesmo tempo em que tenta resistir a ela. Essa é sua tentativa de unidade. Desenvolver-se, expor-se à historicidade, e tentar ainda assim permanecer o mesmo. A NGB, por sua vez, busca a uniformidade: apaga a história. Por isso ela permanece até hoje a mesma, sem ter mudado de nome ou ter incluído novos conceitos. Ela procura resistir à história, pois o que há são nomes que definem coisas que nunca mudam. Não é preciso, portanto, mudarem-se os nomes.

O período interpretativo que se seguiu à NGB e as gramáticas atuais, entanto, mostram que o que é silenciado procura falar de novo. Se a NGB não muda, as gramáticas apresentam pequenas mudanças, quadros laterais e notas de rodapé que cuidam de, dialeticamente, trazer para a nomenclatura a historicidade ao mesmo tempo em que buscam controlar esse aparecimento. Nessas falhas abrem-se espaços para o sujeito se articular e constituir novas posições de autoria.

Nunes (1996:17) fala do sujeito que se via diante do Brasil do descobrimento: “*um momento em que as palavras faltam, o mundo está meio sem nomes (...)*”. Na NGB, como vimos, os nomes já são demasiados. É preciso então escolher apenas alguns e defini-los, interpretá-los, comentá-los, exemplificá-los. E a NGB o fez, embora reduzindo nossa história à construção de uma fauna exuberante de nomes que se excedem em relação as coisas.

ANEXO (Nomenclatura Gramatical Brasileira)

NOMENCLATURA
GRAMATICAL
BRASILEIRA

Aprovada pela Portaria
Ministerial n.º 36, de 28
de janeiro de 1959

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Comissão, abaixo assinada, tem a honra de passar às mãos de V. Ex.^a o Anteprojeto de Simplificação e Unificação de Nomenclatura Gramatical Brasileira, já em redação final.

O presente Anteprojeto é resultante não só de um reexame, pela Comissão, do primitivo, mas ainda do estudo minucioso e atento, das contribuições remetidas à CADES pela Academia Brasileira de Filologia, por várias Faculdades de Filosofia do País, pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e, individualmente, por numerosos e abalizados professores de Português.

Releva salientar que a Comissão, ao considerar as modificações propostas, teve sempre em mira a recomendação de V. Ex.^a constante da Portaria Ministerial n.º 152 — “uma terminologia simples, adequada e uniforme” — bem como atender ao triplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho:

- a) a exatidão científica do termo;
- b) a sua vulgarização internacional;
- c) a sua tradição na vida escolar brasileira.

Agradecendo, mais uma vez, nesta oportunidade, a distinção e a confiança com que a contemplou V. Ex.^a, a Comissão renova a V. Ex.^a os protestos de alto apreço e distinta consideração.

as.) Antenor Nascentes
Clóvis do Rêgo Monteiro
Cândido Jucá (filho)
Celso Ferreira da Cunha
Carlos Henrique da Rocha Lima

Assessores

as.) Antônio José Chediak
Serafim Silva Neto
Sylvio Edmundo Elia

DIVISÃO DA GRAMÁTICA

FONÉTICA
MORFOLOGIA
SENTAXE

INTRODUÇÃO

Tipos de análise:

FONÉTICA
MORFOLÓGICA
SENTÁTICA

PRIMEIRA PARTE

FONÉTICA

I — A *Fonética* pode ser:

Descritiva
Histórica
Sintática

II — *Fonemas*:

Vogais
Consoantes
Semivogais

1. *Classificação das vogais*

Classificam-se as vogais:

- a) quanto à *zona de articulação*, em:
anteriores, médias e posteriores
- b) quanto ao *timbre*, em:
abertas, fechadas e reduzidas
- c) quanto ao *papel das cavidades bucal e nasal*, em:
orais e nasais
- d) quanto à *intensidade*, em:
átonas e tônicas

2. *Classificação das consoantes*

Classificam-se as consoantes:

- a) quanto ao *modo de articulação*, em:
 - oclusivas*
 - constritivas*
 - fricativas*
 - laterais*
 - vibrantes*
- b) quanto ao *ponto de articulação*, em:
 - bilabiais*
 - labiodentais*
 - linguodentais*
 - alveolares*
 - palatais*
 - velares*

- c) quanto ao papel das cordas vocais, em:
surdas e sonoras
- d) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em:
orais e nasais

III — 1. Ditongos

Classificam-se os ditongos em:

creescentes e decrescentes
orais e nasais

2. Tritongos

Classificam-se os tritongos em:
orais e nasais

3. Hiatos

4. Encontros consonantais

Nota — Os encontros *-ia, -ie, -io, -ua, -ue, -uo*, finais, átonos, seguidos, ou não, de *s*, classificam-se quer como ditongos, quer como hiatos, uma vez que ambas as emissões existem no domínio da Língua Portuguesa:

histó-ri-a e histó-ria; sé-ri-e e sé-rie; pá-ti-o e pá-tio; ár-du-a e ár-dua; tê-nu-e e tê-nue; vá-cu-o e vá-cuo.

IV — Silaba

Classificam-se os vocábulos, quanto ao número de sílabas, em:
monossilabos, dissilabos, trissilabos e polissilabos

V — Tonicidade:

1. Acento:

principal
secundário

2. Sílabas:

tônicas
subtônicas

pretônicas

átonas

postônicas

3. Quanto ao acento tônico, classificam-se os vocábulos em:

orítonos
paroxítonos
proparoxítonos

4. Classificam-se os monossilabos em:

átonos
tônicos

5. Rizotônico

Arrizotônico

6. Ortoepia

7. Prosódia

Nota — São átonos os vocábulos sem acentuação própria, isto é, os que não têm autonomia fonética, apresentando-se como sílabas átonas do vocábulo seguinte ou do vocábulo anterior.

São tônicos os vocábulos com acentuação própria, isto é, os que têm autonomia fonética.

Pode ocorrer que, conforme mantenha, ou não, sua autonomia fonética, o mesmo vocábulo seja átono numa frase, porém tônico em outra.

Tal pode acontecer, também, com vocábulos de mais de uma sílaba: serem átonos numa frase, e tônicos em outra.

SEGUNDA PARTE

MORFOLOGIA

A *Morfologia* trata das palavras:

- a) quanto a sua estrutura e formação;
- b) quanto a suas flexões; e
- c) quanto a sua classificação.

A. — Estrutura das palavras

1. Raiz

Radical
Tema

Afixo prefixo
 sufixo

Desinência { nominal
 |
 verbal

Vogal temática
Vogal e consoante de ligação

2. Cognato

B. — Formação das palavras

1. Derivação
Composição

2. Hibridismo

C. — Flexão das palavras

Quanto a sua flexão, as palavras podem ser:

variáveis
invariáveis

D. — Classificação das palavras

Substantivo
Artigo

Adjetivo
Numeral
Pronome
Verbo
Advérbio
Preposição
Conjunção
Interjeição

I — Substantivos

1. Classificam-se os substantivos em:

comuns e próprios
concretos e abstratos

2. Formação do substantivo:

primitivo e derivado
simples e composto

3. Flexão do substantivo:

a) gênero:
masculino
feminino
epiceno
comum de dois gêneros
sobrecômum

b) número:
singular
plural

c) grau:
aumentativo
diminutivo

Nota — Entre os comuns mencionem-se, especialmente, os coletivos.

II — Artigo

1. Classificação do artigo:

definido
indefinido

2. Flexão do artigo:

a) gênero:
masculino
feminino

- b) número:
singular
plural

III — Adjetivo

- 1. Formação do adjetivo:
primitivo e derivado
simples e composto

- 2. Flexão do adjetivo:

- a) gênero:
masculino
feminino

- b) número:
singular
plural

- c) grau:

comparativo	}	de igualdade	analítico sintético
		de superioridade	
		de inferioridade	

superlativo	}	relativo	{ de superioridade de inferioridade analítico sintético
		absoluto	

- 3. Locução adjetiva

IV — Numeral

- 1. Classificação do numeral:

cardinal
ordinal
multiplicativo
fracionário

- 2. Flexão do numeral:

- a) gênero:
masculino
feminino
- b) número:
singular
plural

V — Pronome

- 1. Classificação do pronome:

pessoal	}	reto
		oblíquo (reflexivo, não reflexivo) de tratamento

possessivo
demonstrativo
indefinido
interrogativo
relativo

- 2. Flexão do pronome:

- a) gênero:
masculino
feminino

- b) número:
singular
plural

- c) pessoa:
primeira
segunda
terceira

- 3. Locução pronominal

Nota — Os que fazem as vèzes de substantivo chamam-se *pronomes substantivos*; os que acompanham o substantivo, *pronomes adjetivos*.

VI — Verbo

- 1. Classificação do verbo:

regular
irregular
anômalo
defectivo
abundante
auxiliar

- 2. Conjugações:

Três são as conjugações:

- a 1.ª com o tema terminado em a
- a 2.ª com o tema terminado em e
- a 3.ª com o tema terminado em i

3. Formação do verbo:

primitivo e derivado
simples e composto

4. Flexão verbal

a) modo:

indicativo
subjuntivo
imperativo

b) formas nominais do verbo:

infinitivo	{	impessoal	{	não flexionado
		personal		flexionado

gerúndio
participio

c) tempo:
presente

pretérito	{	imperfeito	{	simples
		perfeito		composto
		mais-que-perfeito	{	simples

futuro	{	do presente	{	simples
		do pretérito	{	simples

d) número:
singular
plural

e) pessoa:
primeira
segunda
terceira

f) voz:
ativa

passiva	{	com auxiliar
		com pronome apassivador
reflexiva		

5. Locução verbal

Notas — a) O verbo *pôr* (e os dêle formados) constitui anomalia da 2.ª conjugação;

b) a denominação *futuro do pretérito* (simples e composto) substitui a de *condicional* (simples e composto).

VII — Advérbio

1. Classificação do advérbio:

a) de lugar
de tempo
de modo
de negação
de dúvida
de intensidade
de afirmação

de lugar
de tempo
de modo
de causa

b) advérbios interrogativos

2. Flexão do advérbio:

— grau:

a) comparativo { de igualdade
de superioridade
de inferioridade

b) superlativo { sintético
absoluto { analítico

c) diminutivo

3. Locução adverbial

Notas — a) Podem alguns advérbios estar modificando toda a oração;

b) Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios, terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação, retificação, realce, afetividade, etc.

VIII — Preposição

1. Classificação das preposições:

essenciais
acidentais

2. Combinação

3. Contração

4. Locução prepositiva

IX — Conjunção

1. Classificação das conjunções:

- | | | |
|----------------|---|---------------|
| coordenativas | { | aditivas |
| | | adversativas |
| | | alternativas |
| | | conclusivas |
| | | explicativas |
| subordinativas | { | integrantes |
| | | causais |
| | | comparativas |
| | | concessivas |
| | | condicionais |
| | | consecutivas |
| | | finais |
| | | temporais |
| | | proporcionais |
| | | conformativas |

2. Locução conjuntiva.

Nota — As conjunções *que*, *porque*, e equivalentes, ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chamam-se *explicativas*; no segundo, *causais*.

X — Interjeição

Locução Interjecliva

- XI — 1. Palavra**
2. Vocábulo
3. Sincretismo
 Sincrético
4. Forma variante
5. Conectivo

TERCEIRA PARTE

SINTAXE

A. Divisão da sintaxe:

- | | | |
|--------------------|---|---------|
| a) de concordância | { | nominal |
| | | verbal |
| b) de regência | { | nominal |
| | | verbal |
| c) de colocação | | |

Nota — Na colocação dos *pronomes oblíquos átonos*, adotem-se as denominações de *próclise*, *mesóclise* e *ênclise*.

B. Análise Sintática

— da Oração

1. Termos essenciais da oração:

sujeito
predicado

- a) Sujeito
— simples
— composto
— indeterminado
— oração sem sujeito
- b) Predicado
— nominal
— verbal
— verbo-nominal
- c) Predicativo
— do sujeito
— do objeto
- d) Predicação verbal
— verbo de ligação
— verbo intransitivo

APÊNDICE

I — FIGURAS DE SINTAXE

anacoluto
elipse
pleonasma
sílepse

II — GRAMÁTICA HISTÓRICA

aférese
altura (som)
analogia
apócope

assimilação {
total
parcial
progressiva
regressiva

consonantismo
consonantização
convergente
crase
desnasalização
despalatalização

dissimilação {
total
parcial
progressiva
regressiva

ditongação
divergente
elisão
empréstimo
epêntese

etimologia
haplogia
hiperbibismo
intensidade (som)
metátese
nasalização
neologismo
palatalização
paragoge
patronímico
prótese
síncope
sonorização
substrato
superestrato
vocalismo
vocalização

III — ORTOGRAFIA

abreviatura
alfabeto
dígrafo — grupo de letras que representam um só fonema.

Exs. *ch* (chave) *qu* (querc)
gu (guerra) *rr* (carro)
lh (palha) *ss* (passo)
nh (manhã)

homógrafo
homófono

letra {
maiuscula
minúscula

notações léxicas:

acento {
agudo
grave
circunflexo

apóstrofo
cedilha
hífen
til
trema

sigla

IV — PONTUAÇÃO

aspas
asterisco
colchêtes
do.s-pontos
parágrafo
parênteses
ponto-de-exclamação
ponto-de-interrogação
ponto-e-vírgula
ponto-final
reticências
travessão
vírgula

V — SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS

antônimo
homônimo
sinônimo
sentido figurado

VI — VÍCIOS DE LINGUAGEM

barbarismo
cacofonia
preciosismo
solecismo

ABSTRACT

The Nomenclatura Gramatical Brasileira (Brazilian Grammatical Nomenclature - NGB) is an official initiative of the Brazilian State towards establishing a sole terminology for our grammars which was published by the Ministry of the Education in 1959. In this work, from the theoretical viewpoint of the French School of Discourse Analysis, we analyse NGB as a discourse, showing its affiliations in the context of Brazilian grammaticalization.

In the first part of this work, we make an outline of our theoretical viewpoint, introducing some of its main concepts and definitions. In the second part, we present the analysis of the NGB, on the basis of the theoretical support outlined in the first part.

Our main concern is to show that the NGB is already part of a very specific process in Brazilian grammaticalization which initiates in last century and, moreover, to indicate in which way this same grammaticalization is modified after the implementation of the NGB. Hence, we dedicate one part of the analysis to the grammatical dictionaries and lexicons previous to the NGB and another part to show in which ways the discursive functioning of Brazilian grammars relate to these instruments.

From our point of view, the NGB is a unique linguistic and discursive instrument in the history of Brazilian grammaticalization in that even though it brings resemblances to some of the works prior to it, at the same time it presents essential differences in relation to them. This has made us consider it a landmark in the history of Brazilian linguistic studies inasmuch as it modifies the function and the knowledge of grammarians. The concept of au-

thorship thought out by Foucault and rethought within Discourse Analysis was of extreme importance in our attempt to understand this changing process and therefore our analysis of the Nomenclature is based on the developments of such notion.

In the analysis of the works which make up our *corpus* of research, we dedicate ourselves essentially to understanding the mechanisms by means of which both the NGB and the works previous to it define the different forms of approaching the linguistic phenomenon and establish a hierarchy between them, according to the different ways in which authorship is set up. With this aim, we try to show the relation between the different ways in which authorship is set up in the studies of language and the different historical moments when the question of grammatical terminology arises.

Finally, we try to bring some subsidies to deepen the discussion on the relation between grammars and the State, and between Linguistics and Grammar.

KEYWORDS: 1. Linguistics – History. 2. General and comparative Grammar – History. 3. Discourse Analysis. 4. Didactic Books.

BIBLIOGRAFIA

ANTEPROJETO DE SIMPLIFICAÇÃO E UNIFICAÇÃO DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1957.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1974.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

BALDINI, Lauro. *A NGB e a autoria no discurso gramatical*. In: Língua e Instrumentos Linguísticos. Campinas: Pontes, 1998.

BALDINI, Lauro. *NGB: a gramática fala por si mesma*. Trabalho apresentado no III Seminário de Teses em Andamento do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática: opressão? Liberdade?*. São Paulo: Ática, 2ª edição, 1985.

CÂNDIDO JUCÁ (FILHO). *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1958.

CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de. *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886.

CHEDIAK, Antônio José (org.). *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1960.

COSTA, Firmino. *Lexico Grammatical*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2ª edição, 1996.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. Lisboa: Passagens, 3ª edição, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 3ª edição, 1987.

GALLO, Solange Leda. *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. *Sinopse dos estudos do Português no Brasil*. In: GUIMARÃES, Eduardo, ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). Língua e cidadania: o Português no Brasil. Campinas: Pontes. 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da Gramática no Brasil e Ensino*. In: Relatos n. 5. Publicação do Projeto "História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido – um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1996.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. *A História não existe?*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Gestos de Leitura. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

HENRY, Paul. *Sentido, sujeito, origem*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Nomenclatura Gramatical*. IN: Dispensos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2ª edição, 1975.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *As idéias gramaticais de João Ribeiro*. IN: Dispensos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2ª edição, 1975.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Antenor Nascentes e a Filologia brasileira*. IN: Dispensos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2ª edição, 1975.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Said Ali e a Língua Portuguesa*. IN: Dispensos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2ª edição, 1975.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Os estudos de português no Brasil*. IN: Dispensos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2ª edição, 1975.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 9ª edição, 1981.

MORELLO, Rosângela. *Diversidade e unidade da língua na relação com a gramática normativa*. Campinas: texto apresentado no Grupo de Estudos Lingüísticos – 1997.

NASCENTES, Antenor. *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1946.

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, 1958.

NUNES, José Horta. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos dos viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas: IEL – UNICAMP, tese de doutorado inédita, 1996.

OLIVEIRA, José Luiz de. *Interpretação da "Nomenclatura Gramatical Brasileira"*. Rio de Janeiro: Bibli-ex, 1965.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Os sentidos como história nas idéias de M. Said Ali*. Campinas: 1996, texto apresentado no Grupo de Estudos Lingüísticos – 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez – Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Exterioridade e ideologia*. In: Caderno de Estudos Lingüísticos. Campinas: (30):27-33, Jan./Jun. 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Ética e Política Lingüística*. In: Língua e Instrumentos Lingüísticos. Campinas: Pontes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Metalangage et grammatisation au Brésil: le rapport Grammaire/Philologie/Linguistique*. Mimeo. 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O Estado, a gramática, a autoria*. In: Relatos. Publicação do Projeto "História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Vão surgindo sentidos*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e argumentação: um observatório do político*. Mimeo, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Gestos de Leitura. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

PFEIFFER, Cláudia. *Que autor é este?*. Campinas: IEL – UNICAMP, tese de mestrado inédita, 1995.

RIBEIRO, João. *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª edição, 1906.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 20ª edição, 1995.

SERRANI, Silvana Mabel. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.